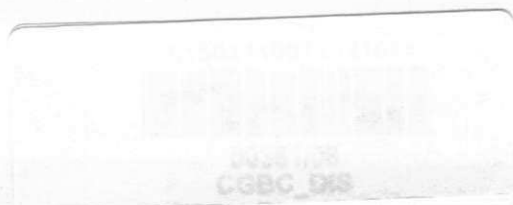


ZILAS NOGUEIRA DE QUEIROZ

AS DETERMINAÇÕES ONTOLÓGICAS DO VALOR E A VALORAÇÃO
AMBIENTAL

CAMPINA GRANDE 2002



ZILAS NOGUEIRA DE QUEIROZ

AS DETERMINAÇÕES ONTOLÓGICAS DO VALOR E A VALORAÇÃO
AMBIENTAL

Dissertação apresentada como
requisito parcial para a obtenção do
título de mestre em Economia Rural e
Regional pela Universidade Federal de
Campina Grande.

Orientador: Prof. Dr. Ivo Tonet

CAMPINA GRANDE 2002

Para Rosa Rocha (in memoriam)

Mulher com a qual aprendi mais sobre o amor, a vida e a amizade do que poderia apreender lendo todos os livros do mundo.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Sergio Lessa: mestre, incentivador e exemplo.

Ao professor Ivo Tonet pela orientação e pela amizade sincera.

Ao professor Renato Killp que sempre me apoiou durante o curso de mestrado.

À professora Maria Augusta, amiga de todos os momentos (bons e ruins), cuja convivência sempre me proporcionou enorme satisfação intelectual e afetiva.

Ao Adriano Nascimento amigo com o qual sempre compartilhei minhas venturas e desventuras neste caminho árido e cheio de obstáculos da formação intelectual.

Aos camaradas Marcos Antonio e Paulo Cândido pessoas cujo caráter íntegro e espírito revolucionário poderiam servir de modelo para todos que queiram construir uma sociedade mais humana.

À minhas irmãs Carla e Claudia que sempre me apoiaram e me incentivaram de forma incondicional.

Por fim, um agradecimento especial à meus pais, Neyde e Mariano, que sempre me estimularam a seguir a diante.

À todos, os mais sinceros agradecimentos.

ABSTRACT

In the present text we develop one investigation deepened of the category value. From this examination we raise some questions concerning the one viability racionalization of the consumption of the natural resources by means of imputation of nature value. In our research we analyze conceptions of the call Ambiental Economy and of Ecology Economy. We verify that both point as solution with respect to ambiental crise of the present assigned value to the natural resources. Of this form, it would be enough that such resources were commercialized so that the dynamic of the market regulated the consumption of the nature and of this form al could be prevented the consuming of the measure. Of another side, when examining the concept of value from conceptions of Hungarian philosopher Georgy Lukács that, in turn, has as starting point of its refletions the classical economic policy, over all the thought of Marx, we evidence that imputation of nature value presents as something arbitrary, that it hides behind of itself ideologic positions conservatives who many times pass unfurnished for that they fight for preservation of the environment.

SUMÁRIO

Introdução	pag 08
Capitulo I – Valor e Recursos Naturais	pag 22
1) A Valoração da Natureza Segundo a Economia do Meio Ambiente	pag 26
1.1 Caráter e Necessidade da Valoração Ambiental	pag 26
1.2 Valor e Meio Ambiente	pag31
2) Economia Ecológica: Valor da Natureza e os Fluxos de Energia	pag 37
Capitulo II – Trabalho e Ser Social	pag 49
1) A categoria Trabalho	pag 50
2) Teleologia e Causalidade	pag 68
Capitulo III – Trabalho e Valor	pag 99
1) Objetividade, Subjetividade e Valor	pag 112
2) Marx, a Nova Concepção da Realidade e a Categoria Valor	pag 121
Conclusão	pag 132
Bibliografia	pag 136

INTRODUÇÃO

A CRISE AMBIENTAL

Atualmente muito se tem discutido acerca da degradação do meio ambiente. Há uma preocupação generalizada com relação ao futuro dos recursos naturais e, portanto, da própria vida.

Governos, organizações não governamentais, cientistas e varias outras parcelas da sociedade vêm buscando compreender as causas, conseqüências e soluções para o processo de devastação ambiental observado nas últimas décadas do século passado, e que não dá sinais de desaceleração no inicio do século XXI.

Tais discussões não estão isentas, como nenhuma outra, de formulações de caráter ideológico. Mas, é interessante observar que economistas e ecologistas muito convictos e bem preparados no plano técnico não atentam para este fato e ficam alheios a este caráter ideológico do debate acerca da preservação ambiental.

A raiz do problema quase nunca é apreendida. As análises dos ecologistas e economistas limitam-se quase sempre a superficialidade do problema, apontando os delineamentos técnicos da degradação ambiental e propondo, acima de tudo, soluções igualmente fundamentadas em formulações técnicas.

A nosso ver o que deve ser colocado em primeiro plano são as determinações econômico - políticas da degradação ambiental. É justamente sob esta perspectiva que trataremos o problema neste trabalho.

Partindo desta idéia verificaremos como duas correntes de teóricos da Economia, ligados à reflexão da crise ambiental, analisam as causas e soluções desta crise. E após esta análise apontaremos os problemas de fundo destas formulações, destacando a concepção da

valoração do meio ambiente enquanto solução proposta para a superação da crise ambiental contemporânea.

Desta forma, no primeiro capítulo investigaremos as concepções da *Economia do Meio Ambiente* e da *Economia Ecológica* acerca da valoração dos recursos naturais. Posteriormente tentaremos demonstrar que os processos e métodos valorativos propostos por ambas as correntes fundam-se em idéias falsas acerca da categoria valor.

Destacaremos também o fato de que as soluções propostas para frear a degradação do meio ambiente, sustentada em instrumentos de mercado, são produto de uma concepção superficial dos limites da natureza (idéia que é baseada em uma má interpretação da teoria do Big Bang que propõe um universo “fechado”, limitado de forma absoluta) e da relação do homem com o mundo natural no desenvolvimento da atividade econômica.

No segundo e terceiro capítulos, partindo das concepções do filósofo alemão K. Marx e do pensador húngaro G. Lukács, delinearemos os aspectos ontológicos da categoria valor. Isso com a intenção de, partindo da análise do real, propor que os valores têm como base necessária o trabalho. Não podendo desta forma ser algo meramente objetivo, intrínseco as coisas, nem simplesmente subjetivo, que depende apenas da consciência humana como querem de um lado a *Economia Ecológica* e de outro a *Economia do Meio Ambiente*. Tomando estas concepções acerca do valor econômico dos objetos como verdadeiras as duas linhas do pensamento econômico passam a defender um processo de valoração do meio ambiente. Processo este que, tentaremos demonstrar nos dois capítulos referidos, se apresenta como algo extremamente problemático.

Contudo, antes de iniciarmos nossa discussão em torno da valoração do meio ambiente acreditamos ser necessário uma rápida exposição acerca da efetividade da atual crise ambiental. Mostraremos a seguir que, não obstante os exageros alarmistas, o mundo

natural está sim sendo degradado com uma velocidade bastante grande. Desta maneira, buscar alguns números e explicações que venham comprovar esta idéia se faz necessário na medida em que tentaremos descortinar os reais fatores desta crise. Mas, lembremos que este é só um momento da análise e não podemos nos deter somente aqui. Como falamos anteriormente não podemos encontrar os reais fatores da crise no meio ambiente somente nos aspectos técnicos, mas antes nas relações sociais de produção estabelecidas pelos homens.

Não é nenhuma novidade dos tempos modernos as transformações no mundo natural. A superfície da Terra está em constante processo de transformação e, ao longo de seus 4,5 bilhões de anos, o planeta registra drásticas alterações ambientais (às vezes tão radicais que possibilitam o surgimento de novas espécies, como àquelas que possibilitaram o surgimento dos homens). Há milhões de anos, a área do atual deserto do Saara, por exemplo, era ocupada por uma grande floresta e os terrenos que hoje abrigam a floresta amazônica pertenciam ao fundo do mar. As rupturas na crosta terrestre e a deriva dos continentes mudam a posição destes ao longo de milênios. Em conseqüência, seus climas passam por grandes transformações. As quatro glaciações já registradas – quando as calotas polares avançam sobre as regiões temperadas – fazem a temperatura média do planeta cair vários graus. Essas mudanças, no entanto, são provocadas por fenômenos geológicos e climáticos e podem ser medidas em milhões e até centenas de milhões de anos. Com o surgimento do homem na face da Terra, o ritmo de mudanças acelera-se.

Atualmente o que vemos é que o acúmulo de detritos domésticos e industriais não-biodegradáveis na atmosfera, no solo, subsolo e nas águas continentais e marítimas provoca danos ao meio ambiente e doenças nos seres humanos. As substâncias não-biodegradáveis estão presentes em plásticos, produtos de limpeza, tintas e solventes, pesticidas e

componentes de produtos eletroeletrônicos. As fraldas descartáveis demoram mais de cinquenta anos para se decompor, e os plásticos levam de quatro a cinco séculos. Ao longo do tempo, os mares, oceanos e manguezais vêm servindo de depósito para esses resíduos.

A poluição caracteriza-se pela presença de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos em quantidade superior à capacidade do meio ambiente de absorvê-los. As diferentes formas de poluição afetam a composição e o equilíbrio da atmosfera, das águas, do solo e do subsolo, interferem na cadeia alimentar, alteram os mecanismos naturais de proteção do planeta, prejudicam as espécies animais e vegetais existentes e podem ameaçar sua reprodução.

A emissão de gases tóxicos é o maior fator de poluição da atmosfera. Uma das principais fontes é a combustão do petróleo e seus derivados. Nas grandes cidades, por exemplo, cerca de 40% da poluição do ar resultam da queima de gasolina e óleo diesel pelos veículos automotores, responsáveis pela emissão de monóxido e dióxido de carbono, óxido de nitrogênio, dióxido de enxofre, derivados de hidrocarbonetos e chumbo. As refinarias de petróleo, indústrias químicas e siderúrgicas, fábricas de cimento e de papel também emitem enxofre, chumbo e outros metais pesados, além de resíduos sólidos que ficam em suspensão na atmosfera. Nos seres humanos a poluição atmosférica pode provocar distúrbios respiratórios, alergias, lesões degenerativas no sistema nervoso e em órgãos vitais, e até câncer. Em centros urbanos muito poluídos, como São Paulo ou Cidade do México, esses distúrbios tendem a agravar-se no inverno, quando ocorre o fenômeno conhecido como inversão térmica: uma camada de ar frio forma uma redoma na alta atmosfera que aprisiona o ar mais quente, impedindo a dispersão dos poluentes.

Esta emissão constante de gases tóxicos na atmosfera gera um fenômeno dos mais preocupantes, pelas suas conseqüências, à vida na terra ao qual os cientistas chamam de efeito estufa.

O carbono presente na atmosfera garante uma das condições básicas para a existência de vida no planeta: a temperatura. A Terra é aquecida pelas radiações infravermelhas emitidas pelo Sol até uma temperatura de -27°C . Essas radiações chegam à superfície e são refletidas para o espaço. O carbono forma uma redoma protetora que aprisiona parte dessas radiações infravermelhas e as reflete novamente para a superfície. Isso produz um aumento de 43°C na temperatura média do planeta, mantendo-a em torno dos 16°C . Sem o carbono na atmosfera a superfície seria coberta de gelo. O excesso de carbono, no entanto, tenderia a aprisionar mais radiações infravermelhas, produzindo o chamado efeito estufa: a elevação da temperatura média a ponto de reduzir ou até acabar com as calotas de gelo que cobrem os pólos. Os cientistas apontam um aumento do dióxido de carbono na atmosfera a um ritmo médio de 1% ao ano. A queima da cobertura vegetal nos países subdesenvolvidos é responsável por 25% desse aumento. A maior fonte, no entanto, é a queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, principalmente nos países desenvolvidos. O Japão é o que tem registrado maior crescimento: de 1985 a 1989, sua emissão de dióxido de carbono passa de 265 milhões de toneladas por ano para 299 milhões.

Pesquisas realizadas pela Nasa mostram que a temperatura média do planeta já subiu $0,18^{\circ}\text{C}$ desde o início do século XX. Nos anos 80, fotos tiradas pelo satélite meteorológico Nimbus em um período de 15 anos registram a diminuição do perímetro de gelo em volta dos pólos. Caso o efeito estufa não seja cortado, os cientistas projetam um cenário de dilúvio: o aquecimento do ar aumenta a evaporação da água do mar, cria um maior volume de nuvens, faz crescer o nível de chuvas e altera o regime dos ventos. Haveria chuvas intensas em áreas hoje desérticas, como o norte da África e o nordeste do Brasil, e faltaria água em regiões férteis, como o meio-oeste dos EUA. O degelo das calotas

polares elevaria o nível do mar, inundando ilhas e áreas costeiras. Holanda, Bangladesh, Miami, Rio de Janeiro e parte de Nova York, por exemplo, sumiriam do mapa.

O aumento da temperatura global também provocaria a multiplicação de ervas daninhas e insetos e a transferência das pragas de clima quente – como a mosca tsé-tsé, que vive no centro da África – para regiões de clima frio. A absorção do excesso de dióxido de carbono faria a vegetação crescer mais rapidamente e retirar mais nutrientes do solo. Segundo essas projeções, as florestas temperadas só sobreviveriam no Canadá.

A queima de carvão e de combustíveis fósseis e os poluentes industriais lançam dióxido de enxofre e de nitrogênio na atmosfera. Esses gases combinam-se com o hidrogênio presente na atmosfera sob a forma de vapor de água. O resultado são as chuvas ácidas. As águas da chuva, assim como a geada, neve e neblina, ficam carregadas de ácido sulfúrico ou ácido nítrico. Ao caírem na superfície, alteram a composição química do solo e das águas, atingem as cadeias alimentares, destroem florestas e lavouras, atacam estruturas metálicas, monumentos e edificações. Segundo o Fundo Mundial para a Natureza, cerca de 35% dos ecossistemas europeus já estão seriamente alterados e cerca de 50% das florestas da Alemanha e da Holanda estão destruídas pela acidez da chuva. Na costa do Atlântico Norte, a água do mar está entre 10% e 30% mais ácida que nos últimos vinte anos. Nos EUA, onde as usinas termoelétricas são responsáveis por quase 65% do dióxido de enxofre lançado na atmosfera, o solo dos montes Apalaches também está alterado: tem uma acidez dez vezes maior que a das áreas vizinhas, de menor altitude, e cem vezes maior que a das regiões onde não há esse tipo de poluição. Monumentos históricos também estão sendo corroídos: a Acrópole, em Atenas; o Coliseu, em Roma; o Taj Mahal, na Índia; e as catedrais de Notre Dame, em Paris, e de Colônia, na Alemanha. Em Cubatão, São Paulo, as chuvas ácidas contribuem para a destruição da mata Atlântica e desabamentos de encostas.

Outro problema grave que reflete o processo de degradação do meio ambiente promovida pelo homem nos dias de hoje são os buracos na camada de ozônio.

O ozônio é um gás rarefeito cujas moléculas são formadas por três átomos de oxigênio. Concentra-se nas camadas superiores da atmosfera, a 15 km da superfície, e forma uma espécie de escudo, com cerca de 30 km de espessura, que protege o planeta dos raios ultravioleta do Sol. O primeiro alerta sobre a redução da camada de ozônio é dado pela Nasa, a partir de estudos feitos entre 1979 e 1986: o escudo vem perdendo espessura e apresenta um buraco de 31 milhões de km² sobre a Antártida, área equivalente a 15% da superfície terrestre. Em fevereiro de 1992, a Nasa identifica um segundo buraco, desta vez sobre o Pólo Norte, chegando às regiões próximas ao Círculo Polar Ártico. A redução da camada de ozônio aumenta a exposição aos raios ultravioleta do Sol. Está associada ao crescimento dos casos de câncer de pele e de doenças oculares, como a catarata. Para os cientistas, o buraco existente na Antártida atrasa a chegada da primavera na região e provoca quebras na cadeia alimentar da fauna local. Pode contribuir para aumentar a temperatura e acelerar o degelo das calotas polares.

Em 1987 os cientistas identificam o cloro presente nos compostos de clorofluorcarbono (CFC) como um dos poluentes responsáveis pela redução da camada de ozônio. O CFC é usado como propelente em vários tipos de sprays, em motores de aviões, circuitos de refrigeração, espuma de plástico, formas e bandejas de plástico poroso, chips de computadores e solventes utilizados pela indústria eletrônica. Com uma vida útil de 75 anos, combina-se com o oxigênio, decompõe as moléculas de ozônio e forma o gás cloro. Os maiores produtores e consumidores de CFC vivem no hemisfério norte. Os países desenvolvidos fabricam, em média, 1 kg de CFC por pessoa ao ano. Em 1987 representantes de 57 países reunidos no Canadá assinam o Protocolo de Montreal,

comprometendo-se a reduzir a produção de CFC pela metade até 1999. Em junho de 1990, o acordo é ratificado pela ONU (Organização das Nações Unidas). Ele determina o fim gradativo da produção de CFC até 2010.

Apesar da emissão de CFC ser maior no hemisfério norte, é sobre o Pólo Sul que surge o primeiro e mais extenso buraco na camada de ozônio. Isso acontece devido à circulação das massas de ar na atmosfera. Elas circulam em camadas sobrepostas – vão dos pólos para o Equador em baixa altitude e retornam do Equador aos pólos em altitudes mais elevadas – e são capazes de levar os poluentes a milhares de quilômetros de distância de seu local de origem. No inverno antártico, de abril a agosto, a região permanece no escuro e os ventos carregados de poluentes giram em círculos, atraindo massas de ar de outras partes da Terra. Em setembro e outubro, a luz do Sol retorna à região e estimula as reações químicas que destroem o ozônio. Forma-se o buraco. Em novembro, o ar que chega de outras regiões permite uma recomposição parcial do escudo de ozônio. O buraco diminui de tamanho, mas não fecha completamente.

A contaminação das águas também aparece como um elemento da crise ambiental que reflete a utilização irracional deste recurso.

A maior parte da superfície da Terra, 70%, é coberta pela água dos oceanos. O ciclo da água na natureza é indispensável à vida e sua maior ou menor abundância é determinante para a configuração dos ecossistemas. As águas também são o destino final de quase toda a poluição do meio ambiente. Tudo o que é jogado em ralos de pias, em bueiros, privadas ou mesmo nos quintais, acaba interferindo no ciclo natural da água. A maior parte dos poluentes da atmosfera reage com o vapor de água na atmosfera e volta à superfície sob a forma de chuvas. Nas cidades e nas regiões agrícolas, substâncias tóxicas não-

biodegradáveis são lançadas sem tratamento em córregos, lagos, rios e mares. Quando jogadas no solo ou enterradas no subsolo, atingem e contaminam os lençóis subterrâneos.

As reservas de água doce ocupam apenas 2% da superfície terrestre e estão concentradas principalmente no gelo das calotas polares e nos lençóis subterrâneos. Seus principais agentes poluidores são os agrotóxicos usados na lavoura, detergentes e sabões em pó, lixo industrial e urbano, e metais pesados, como chumbo, cádmio, arsênio e mercúrio, utilizados na indústria e na mineração. Nos grandes centros urbanos, esgotos e lixo orgânico lançados sem tratamento nos rios acabam com toda flora e fauna aquáticas. A matéria orgânica dissolvida alimenta inúmeros microrganismos que, para metabolizá-la, consomem o oxigênio das águas. Cada litro de esgoto consome de 200 a 300 miligramas de oxigênio, o equivalente a 22 litros de água. Se a carga de esgoto for superior à capacidade de absorção das águas, o oxigênio desaparece, interrompendo a cadeia alimentar e provocando a morte da fauna. Isso ocorre com frequência em várias regiões do Brasil, como na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro.

De outro lado, os oceanos recebem boa parte dos poluentes dissolvidos nas águas doces, além do lixo dos centros industriais e urbanos localizados no litoral. O excesso de cargas orgânicas no mar leva à proliferação de microrganismos consumidores de oxigênio. Em grande quantidade, esses microrganismos formam as chamadas "marés vermelhas": as águas ficam escuras, matam peixes e os frutos do mar tornam-se tóxicos para o consumo humano. Em junho de 1994, milhares de focas aparecem mortas no litoral da Namíbia, na África, provavelmente devido à maré vermelha que atingiu o Atlântico Sul em março e abril.

O petróleo é considerado o principal poluente do ambiente marinho. Vazamentos em poços petrolíferos marítimos, em terminais portuários, em navios petroleiros e a

limpeza de seus tanques são responsáveis pelo despejo anual de 1 milhão de toneladas de óleo nos oceanos. O óleo espalha-se pela superfície e forma uma camada compacta que demora anos para ser absorvida. Isso impede a oxigenação da água, mata a fauna e a flora marinhas e altera o ecossistema. O incêndio de mais de 700 poços de petróleo pelas tropas iraquianas durante a retirada do Kuwait, e o despejo de 1,2 milhão de barris de óleo nas águas do golfo Pérsico, em fevereiro de 1991, provocam o maior desastre ecológico já verificado nos oceanos. O óleo mata 20 mil aves, cobre 400 km de areia da costa da Arábia Saudita e leva toneladas de resíduos para a atmosfera, escondendo o Sol e fazendo a temperatura cair, durante o dia, de 30oC para 15oC. O último foco de incêndio é extinto em novembro de 1991, mas a remoção do óleo misturado com a areia ainda vai demorar alguns anos.

As substâncias químicas utilizadas para aumentar constante e desmedidamente a produção agrícola, bem como a devastação desenfreada das florestas contribuem de forma significativa para o esgotamento de recursos naturais imprescindíveis para a vida humana.

Os agrotóxicos (herbicidas, fungicidas e inseticidas agrícolas) usados em grande quantidade poluem o meio ambiente, contaminam as águas e fazem a terra perder seus nutrientes. As chuvas ácidas, o desmatamento de grandes florestas e o manejo inadequado de áreas cultivadas vêm provocando rápidas e graves alterações na cobertura vegetal do planeta. A perda de matéria orgânica com as queimadas, usadas tanto para desmatar quanto para renovar áreas de lavoura, e a erosão de terrenos causam a perda de 6 a 7 milhões de hectares produtivos por ano no mundo.

Ao longo da história, o fogo é o principal meio utilizado pelo homem para derrubar florestas e limpar terrenos, seja para lavoura ou pastagens, seja para construção de moradias. Além do fogo, o corte de árvores para comercialização da madeira, construção de

casas, de móveis e para lenha destruíram as florestas e coberturas vegetais nativas de quase todas as regiões hoje densamente povoadas em todos os continentes. O desmatamento e as queimadas aceleram a extinção de espécies vegetais e animais, lançam grande quantidade de dióxido de carbono na atmosfera, expõem os solos à ação do vento e da chuva, aumentando sua erosão. O desmatamento nas nascentes e nas margens dos cursos de água e lagos provoca seu assoreamento (depósito de terra e areia no leito de rios ou fundo de lagos). Isso diminui sua profundidade e pode provocar enchentes e até mesmo sua extinção.

As últimas grandes reservas vegetais nativas são as florestas tropicais da América Central e do Sul, da África e da Ásia. Ao todo, cobrem 16,8 milhões de km², cerca de 20% das terras do planeta. As florestas abrigam de 50% a 75% do total de espécies vegetais e animais existentes no mundo e cumprem um papel determinante para a manutenção da temperatura, regime de ventos e de chuvas de todo o planeta. São também as áreas que mais sofrem desmatamento: cerca de 500 km² de florestas são derrubados diariamente – 50% na América Latina, principalmente na Amazônia. Segundo dados da FAO (Organização de Alimentação e Agricultura), entre 1981 e 1990 são destruídos 154 milhões de hectares de florestas tropicais no mundo, o equivalente a 30% da Amazônia. A madeira alimenta um comércio mundial da ordem de US\$ 6,8 bilhões anuais. Os maiores exportadores são a Malásia, com 33 milhões de m³ por ano; a Indonésia, com 23,7 milhões de m³; e o Brasil, com 11,3 milhões de m³, isso sem contar o corte clandestino e o contrabando. A África exporta 15 milhões de m³ anuais, e a atividade responde por 2,5% a 6% do PIB de países como o Zaire, Tanzânia, República Centro-Africana, Camarões, Gabão e Congo.

Como consequência dos desmatamentos e das mudanças climáticas ocasionadas pela poluição da atmosfera verifica-se que os desertos estão crescendo no mundo inteiro a um ritmo médio de 60 mil km² por ano. Diferentemente do Saara – resultado de mudanças

climáticas ao longo de milhares de anos –, os novos desertos são provocados pela ação humana. Entre suas causas estão o abuso de agrotóxicos, a superexploração dos terrenos, o desmatamento, as queimadas e a falta de irrigação controlada – fatores que reduzem rapidamente a fertilidade da terra e aceleram a erosão. Na África a desertificação afeta diretamente 32 milhões de pessoas. Dos 22 países mais atingidos, 18 estão na lista dos mais pobres do mundo. A produção de grãos per capita reduz-se em 30% desde 1967 e, em meados da década de 80, mais de 3 milhões de pessoas morrem de fome na região subsaariana. Na Amazônia, apesar de toda sua diversidade biológica, a substituição da floresta por campos de cultura vem acelerando a erosão e, em Rondônia, já é possível observar a formação de desertos.

Deserto do Aral – O Aral, no Uzbequistão, é um mar interior que está desaparecendo rapidamente. As planícies de 68 mil km² que o circundam perdem metade do seu volume de água nos últimos trinta anos. O desmatamento da vegetação nativa e o uso intensivo do solo provocam um assoreamento acelerado. O desvio de dois rios para a irrigação de grandes lavouras mecanizadas de algodão fazem o Aral recuar até 80 km e partir-se em vários pedaços. A navegação interior fica impedida e praticamente acaba a pesca industrial para extração de caviar, que representava 10% de toda a produção da ex-URSS. A salinidade da água multiplica-se por três e atinge terras cultiváveis. Os ventos levam a poeira salina carregada de pesticidas até 500 km de distância, podendo criar novos desertos.

Extinção de espécies

Podemos, ainda, destacar que muitas espécies de plantas e animais estão sendo extintas em uma velocidade muito maior do que o normal, tendo em vista que as extinções são processos normais no mundo natural.

As rápidas alterações no meio ambiente e a caça predatória em um ritmo superior à capacidade de reprodução das espécies estão levando muitas à extinção, não se sabe exatamente quantas. A biodiversidade é uma das características do planeta, mas o número de espécies existentes não é conhecido. Cientistas do Plano das Nações Unidas para o Meio Ambiente calculam que este número varie entre 10 e 100 milhões de espécies diferentes no planeta. Apenas 1,4 milhão estão nomeadas e poucos milhares estudadas: são 751 mil insetos, 281 mil outras espécies animais, mil vírus, 4 mil bactérias e outros microrganismos, 26.900 algas, 248.400 plantas superiores e 30.800 protozoários. Desse total, 25% correm sério risco de extinção nos próximos vinte anos. A cada dia, a ação humana faz desaparecer cerca de trezentas espécies animais e vegetais. Entre os animais extintos estão o rinoceronte negro, da África, o cervo da Tailândia, o pingüim grande da Islândia e do Canadá, o cavalo selvagem da Europa Central, o bisão e o pelicano branco da França. Entre os vegetais, desapareceram várias espécies de orquídeas, como a de Chiapas, no México.

Somente com esta rápida exposição já pudemos afirmar que, de fato, hoje vivemos imersos em uma crise do meio ambiente .

E é na tentativa de se superar esta crise que muitos economistas irão propor um processo de valoração ambiental.

CAPITULO I

VALOR E RECURSOS NATURAIS

Diante da atual crise ambiental, cujos aspectos principais tratamos acima, e da tomada de consciência dos homens a respeito dos prejuízos que esta crise pode causar ao planeta terra, e em especial a vida humana, muitos cientistas e pesquisadores das mais diversas áreas buscam soluções viáveis para atenuar os problemas no mundo natural causados pela própria ação dos homens sobre a natureza.

A inter-relação entre o ser humano e o meio-ambiente é algo imprescindível para a vida humana, e assim, enquanto existir sociedade esta interação será insuperável. Porém, a forma, a intensidade, a velocidade, etc. com a qual os homens transformam a natureza para produzir os bens necessários a sua sobrevivência irá variar conforme as relações sociais estabelecidas no processo produtivo, no curso do desenvolvimento histórico.

O modo de produção capitalista, ao surgir, deu um passo gigantesco no sentido de desenvolver as forças produtivas. Mas, ao desenvolver desta forma a eficiência da ação humana sobre a natureza produziu também as possibilidades da degradação no meio-ambiente.

Já em 1848 os filósofos alemães K. Marx e F. Engels perceberam as importantes transformações pelas quais passaram a produção de bens com o advento do capitalismo.

Dizem eles:

Em seu domínio de classe de apenas cem anos, a burguesia criou forças produtivas mais poderosas e colossais do que todas as gerações passadas em conjunto. Subjugação das forças da natureza, maquinaria, aplicação da química na indústria e na agricultura, navegação a vapor, ferrovias, telégrafo elétrico, arroteamento de continentes inteiros, navegabilidade dos rios, populações inteiras brotadas do solo como que por encanto – qual século anterior poderia suspeitar que semelhantes

forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social? (Marx, Engels; 1996 : 71)

Outro aspecto importante apreendido pelos dois pensadores, acima citados, é que o capitalismo apenas pode garantir a sua existência se estiver constantemente melhorando, ou seja, tornando mais eficazes os instrumentos de produção.

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção... O contínuo revolucionamento da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. (Marx & Engels, 1996: 69)

A tendência a um aumento constante da eficiência dos instrumentos de produção e, portanto, de uma apropriação cada vez mais ampla e útil dos recursos naturais é uma característica geral do desenvolvimento do homem na história não sendo, portanto, uma particularidade do capitalismo. Mas nesta forma de produção a dominação das forças da natureza acontece de maneira bastante intensa e veloz.

Esta intensidade e velocidade com que os homens sob a égide das relações capitalistas se apropriam dos recursos naturais nem sempre está condicionada a uma melhoria da vida humana, mas sim à satisfação das necessidades de reprodução do capital, em outras palavras, a obtenção de lucros.

Mais adiante voltaremos a discutir a relação entre satisfação das necessidades humanas, obtenção de lucros e degradação ambiental. Agora o que nos interessa é pontuar o fato de que a forma com que os homens se apropriam da natureza, desde a revolução industrial, está ocasionando uma séria crise de desgaste no mundo natural.

Na intenção de mitigar esta crise pensadores das mais diversas ciências (Biologia, Ecologia, Física, Química, Sociologia, etc.) criam teorias e métodos que buscam apresentar uma forma de utilização da natureza mais “racional” sem impedir, no entanto, o bem estar dos homens proporcionado pelo consumo dos recursos naturais.

No presente trabalho analisaremos as formulações de duas correntes do pensamento econômico que visam estabelecer teorias e práticas que possam alcançar a superação da crise ambiental contemporânea.

Desta forma, a Economia Ambiental e a Economia Ecológica serão analisados nos próximos parágrafos.

Cabe-nos, ainda, ressaltar que estas duas correntes foram escolhidas, primeiro, pelo fato de que expressam as idéias da maioria dos economistas ligados às discussões ambientais. Segundo pelo fato de que mesmo possuindo diferenças profundas em suas formulações gerais ambas partem de uma concepção comum, qual seja, a de que a degradação do meio-ambiente, que ameaça o mundo contemporâneo, terá sua solução a partir do momento em que os homens imputarem valor aos recursos naturais e os comercializarem no mercado. A grande diferença entre os “ambientais” e os “ecológicos” encontra-se na forma de quantificar os valores ambientais.

O mercado e a inserção dos valores da natureza na contabilidade nacional¹ seriam os dois instrumentos utilizados para a solução da crise ambiental.

Podemos constatar que as soluções buscadas pela Economia Ambiental e Ecológica encontram-se, ainda, no interior do capitalismo. Não há, portanto, uma proposta de transformação radical da relação homem-natureza como única forma de salvaguardar o

¹ A contabilidade nacional trata da mensuração e contabilização das transações econômicas entre os diversos setores e agentes da economia dos países.

meio-ambiente e sim de promoção de reajustes e reformas do capitalismo a fim de preservar igualmente a vida humana e as relações capitalistas de produção.

Nossa idéia, que tentaremos demonstrar nos capítulos subseqüentes, é que as teorias da valoração ambiental propostas pelas duas correntes de pensamento econômico citadas acima se fundamentam em uma concepção equivocada da categoria valor afirmando-lhe, de um lado, apenas um caráter subjetivo ou, de outro, apenas objetivo. Além disso não aborda em suas teorias o que se apresenta como a essência da constituição do valor econômico².

No entanto, neste momento o que nos interessa é delinear os contornos essenciais das concepções da Economia do Meio-ambiente da Economia Ecológica.

1) A valorização da natureza segundo a Economia do Meio-ambiente

1.1 Caráter e necessidade da valoração ambiental

A Economia do meio-ambiente tem suas bases fundadas sobre as concepções econômicas neoclássicas.

O pensamento neoclássico considera a economia como sendo responsável pela administração de recursos escassos para necessidades infinitas. E o instrumento que servirá para alocação destes recursos escassos é o mercado. Assim, através de sua dinâmica interna, a qual Adam Smith chama de "*mão invisível*", o mercado consegue promover o bem comum a partir da promoção do bem individual. Há, no mercado, uma

² A atribuição de valor econômico ao meio-ambiente deve forçosamente negar a relação necessária entre valor e trabalho. Mais adiante abordaremos estas questões longamente.

“interdependência pessoal que se tece por meio dos laços invisíveis da divisão social do trabalho que, assim, harmoniza os interesses particulares e egoístas dos diferentes produtores privados”. (Teixeira, 1995:57)

Assim, no mercado, e por meio dele, se constrói a integração social, se constitui a unidade do todo social. Verificamos, então, que a racionalidade própria do mercado é capaz de produzir uma sociedade em que todos, em alguma medida, possam se beneficiar.

Mas, se o mercado tem esta capacidade de alocar recursos da melhor forma possível de tal maneira que todos possam satisfazer suas necessidades individuais, o que dizer dos recursos que não são transacionados no mercado? Vemos, então, que

ficam de fora da análise econômica nada menos que as bases materiais sobre as quais a produção se sustenta, ou seja, os recursos naturais. Definitivamente, ficam de fora os dois pólos ‘externos’ ao processo econômico em que se manifestam os problemas ambientais de depredação e poluição. (Foladori, 2001:143)

Diante deste fato os economistas do meio-ambiente afirmam que o mercado, por si só, falha em alocar eficientemente os recursos. Pois o meio-ambiente desempenha um papel imprescindível à vida humana e à economia, por isso apresenta um valor econômico positivo. Assim, não é acertado tratar os recursos naturais como se tivessem valor zero. Pois estando a economia, de uma forma geral, submetida às leis do mercado e sendo a natureza parte integrante da produção econômica correr-se-ia o risco de uso excessivo ou até mesmo a completa degradação dos recursos naturais.

Segundo a Economia Ambiental os bens e serviços econômicos têm seus custos de produção calculados somente por fatores comercializados no mercado como terra,

capital e trabalho. Mas, aponta o fato de que existem também custos dos fatores não comercializados no mercado que são os bens e serviços ambientais.

Vemos então que, segundo esta linha de pensamento, os preços das mercadorias não refletem o valor efetivo da totalidade dos recursos usados na produção.

Há aqui, portanto, uma falha do mercado no sentido da não consideração dos custos sociais³ na produção, considerando apenas os custos privados. Assim, a economia orientada somente com base nos custos privados e apontando os bens naturais como possuindo valor zero, fazem, segundo as leis inerentes ao mercado, com que a demanda pelo recurso de custo zero fique muito acima de uma chamada eficiência econômica e com isso leve os recursos ambientais à degradação parcial ou mesmo total.

Destas idéias podemos inferir que o problema da crise ambiental encontra-se em uma falha do mercado em alocar eficientemente os recursos naturais. Desta forma pra superar a referida crise basta corrigir as falhas dos mercados.

E, para reparar tal defeito é necessário conferir valor aos recursos ambientais.

A necessidade de conceituar o valor econômico do meio-ambiente, bem como de desenvolver técnicas para estimar este valor, surge, basicamente, do fato incontestável de que a maioria dos bens e serviços ambientais e das funções providas ao homem pelo ambiente não é transacionada pelo mercado. Pode-se, inclusive, ponderar que a necessidade de estimar valores para os ativos ambientais atende às necessidades da adoção de medidas que visem a utilização sustentável do recurso. (Marques & Comune, 1999:23)

A partir dos anos oitenta com a tomada de consciência e a preocupação de todos os países do mundo acerca da depredação e da poluição do meio-ambiente a economia

³ Custos sociais refere-se a utilização dos recursos naturais que não são propriedade privada e sim de toda humanidade.

neoclássica propõe o desenvolvimento de “modelos” e políticas públicas que teriam o objetivo de atribuir valores aos bens e serviços naturais. Além disso propõem o estabelecimento de mecanismos de contabilidade que permitam a inserção às contas nacionais dos custos sociais de produção, ou seja, a idéia é computar os danos causados pela degradação ao meio-ambiente, na esfera da produção econômica, às contas nacionais no Produto Nacional Bruto (PNB) por exemplo.

Atualmente a extração de bens e serviços de natureza é apontada e contabilizada apenas como produção da atividade econômica e, desta forma, não é considerada a depreciação do que os economistas ambientais chamam de capital natural⁴.

Após estas considerações podemos observar que os economistas ambientais tentam mitigar a crise ecológica dos tempos atuais imputando valor econômico aos elementos naturais introduzindo-os, assim, nas relações mercantis.

Fato curioso é que os próprios pensadores neoclássicos percebem a impotência do mercado totalmente livre na constituição de uma sociedade verdadeiramente sustentável e que satisfaça efetivamente as necessidades humanas. Mas, interessante ressaltar que a saída encontrada para as falhas do mercado no que tange a alocação de recursos naturais é, segundo a reflexão fundada no pensamento neoclássico, o próprio mercado.

A economia do meio-ambiente atenta para o fato de que os recursos ambientais poderiam, com o passar do tempo, gerar seus próprios mercados. No entanto, não poderíamos ter certeza de que estes surgiriam antes de uma degradação irreversível do meio-ambiente. Assim, não podemos esperar que os elementos naturais se tornem escassos para que se criem seus próprios mercados. *“A valoração ambiental é essencial se se*

⁴ Na economia do meio-ambiente este termo se refere ao “estoque de ativos naturais que produz um fluxo de bens/serviços de valor no futuro, proporcionando serviços tais como reciclagem de material, controle de erosões, etc”. (Constanza apud Mota).

pretende que a degradação da grande maioria dos recursos naturais seja interrompida antes que ultrapasse o limite da irreversibilidade". (Shweitzer apud Comune, 1999:24)

Verificamos que, mesmo para os economistas da corrente neoclássica, no que diz respeito aos bens e serviços naturais, há uma necessidade da ação do Estado no sentido de atribuir os valores monetários aos recursos do meio-ambiente. Porém, uma vez devidamente valorados os bens e serviços ambientais forçosamente devem ser inseridos na lógica do mercado. E esses valores apropriadamente estimados devem ser introduzidos nas decisões sobre políticas econômicas e ambientais bem como nas contas econômicas nacionais.

Assim, alguns economistas defendiam que o Estado deveria observar as externalidades⁵ negativas do processo de produção e cobrar taxas de seus responsáveis. Estas taxas seriam referentes à diferença entre os custos privados e os custos sociais. Além disso o Estado deveria cobrar impostos, criar subsídios, quotas, taxas, regulamentos e padrões, aplicados para o gerenciamento ambiental incluindo-se aqui estudos de custo efetividade, em que diversas alternativas para alcançar o padrão de qualidade ambiental pré-fixado são analisados procurando-se apontar aquela de "*custo mínimo*".

Vemos, então, que os economistas ambientais propõem políticas públicas que seriam essenciais para a resolução dos problemas ambientais. E estas políticas devem vir acompanhadas de mecanismos próprios do livre mercado.

Assim, de um lado, deve-se criar meios de controle e planejamento do uso dos bens e serviços ambientais bem como da produção de poluição. De outro lado, necessita-se

⁵ As externalidades dizem respeito aos dois pólos extremos ao processo de produção, ou seja, os recursos e os detritos. Os primeiros podem ser extraídos de forma depreciativa e os segundos podem ser lançados do meio-ambiente sob a forma de poluição. Nestes pólos "extremos" se manifestam os problemas ambientais.

atribuir valores àquilo que o livre mercado não o faz⁶. Foladori nos afirma que a idéia dos economistas neoclássicos é a de que “*se se pudesse dar preço ao ambiente natural e incluir esse preço na análise econômica, então as tendências negativas inerentes ao livre mercado podem ser corrigidas*”. (Foladori, 2001:144)

Aqui nos vem uma pergunta. Como valorar os bens e serviços ambientais? Que parâmetros utilizar para atribuir valores econômicos à natureza?

Até aqui vimos a importância e a necessidade de se imputar valor aos recursos naturais, segundo a economia do meio-ambiente, mas, em que se fundamenta o valor econômico do meio-ambiente? É o que vamos analisar agora.

1.2 – Valor e meio-ambiente

Os valores econômicos do meio-ambiente são caracterizados pela Economia Ambiental como sendo constituída, em sua totalidade, por quatro elementos determinantes.

Estes elementos foram conceituados da seguinte forma:

- 1) Valor de uso direto
- 2) Valor de uso indireto
- 3) Valor de existência
- 4) Valor de opção

Vejamos cada um deles.

Os dois primeiros podem ser reduzidos a um só; valor de uso. Este valor corresponde à utilidade efetiva que os recursos ambientais têm para a manutenção e a

⁶ Ou seja, tem-se que utilizar os instrumentos de mercado.

melhoria na qualidade de vida dos homens. Diz respeito, de um lado, a exploração dos recursos como a madeira, caça e pesca, produtos genéticos, produtos medicinais, enfim toda parcela da natureza a qual o homem transforma para satisfazer suas carências e necessidades. De outro lado, também podem ser considerados valores de uso aquelas parcelas da natureza a qual o homem não transforma diretamente mas, que exercem um papel fundamental na manutenção da vida na terra, por exemplo a regularização do clima, produção de nutrientes, proteção das bacias hidrográficas, etc. o valor de uso está, assim, relacionado com a utilidade e as possibilidades presentes do uso da natureza.

Os outros dois valores, ao contrário dos observados acima, não estão relacionados ao uso dos recursos naturais, mas ao não uso. São “valores de não-uso”, ou seja, não implica em utilização do recurso ambiental.

O valor de existência se constituiu a partir da satisfação que as pessoas sentem pelo simples fato de ter certeza de que um determinado ecossistema existe e está sendo preservado. Este valor está, assim, dissociado da atividade humana ou da utilidade efetiva. Ele se consubstancia de forma meramente subjetiva com base nas “preferências individuais” das pessoas na forma de não-uso dos elementos naturais. Desta forma as pessoas podem atribuir valor às florestas ou animais em extinção mesmo tendo a certeza de que nunca os verão ou utilizarão estes recursos. Os indivíduos se satisfazem, segundo os economistas do meio-ambiente, apenas sabendo da existência e da manutenção constante da qualidade dos serviços e bens ambientais, estando mesmo dispostos a pagar somas em dinheiro para a manutenção e conservação destes recursos. Ou mesmo, um indivíduo pode entender que os animais têm direito à vida e à existência sem a interferência do homem e com isso este indivíduo pode obter satisfação estando disposto a pagar por medidas que objetivem a preservação deste direito.

Radicalizando o subjetivismo desta concepção, quando se busca compreender a origem deste valor de existência encontramos a explicação de que tal valor está colocado nos bens e serviços ambientais pelos homens, que tomam como ponto de partida para essa valoração cinco “motivos” que os impulsionam: herança, doação, simpatia pelos animais e pessoas, interdependência e responsabilidade⁷.

De outro lado o valor de opção tem como base a preocupação com as futuras gerações e com a vida humana no presente, pois tem por objetivo manter a possibilidade de uso futuro dos recursos, tanto pelas próximas gerações quanto pela atual.

A idéia é que as pessoas paguem pela opção de não utilizar os recursos naturais no presente mas em algum ponto no futuro. Assim o valor de opção terá o escopo de preservar os bens e recursos naturais no presente pra que eles possam ser consumidos futuramente. Paga-se, portanto, por um benefício potencial da natureza.

Verificamos, aqui, que este valor também está fundado em critérios meramente subjetivos, pois considera apenas as preferências individuais e a vontade dos indivíduos em preservar o meio-ambiente.

Estes dois valores que formam o Valor Econômico Total do Ambiente, valor de existência e de opção, são apontados, pelos economistas neoclássicos ligados às questões ambientais, como manifestações do valor intrínseco da natureza. Ou seja, estes teóricos afirmam que a natureza detém um valor em si mesma independente do contato com os homens, mas estes são responsáveis pela apreensão deste valor. O valor intrínseco se constitui a partir do não-uso ou do não-contato do homem com o mundo natural.

⁷ Motivo herança – diz respeito à disposição em oferecer os recursos ambientais às próximas gerações; doação – apresenta-se como ato de presentear pessoas ou instituições ligadas à proteção ambiental; simpatia – aparece como desejo de ajudar pessoas ou animais que estão sendo afetados negativamente pela deterioração da natureza; interdependência – enfatiza o caráter de inter-relação das funções ambientais e os conseqüentes danos; responsabilidade – surge da crescente consciência da magnitude dos problemas de devastação da natureza.

O valor intrínseco reflete o valor que reside nos recursos ambientais, independentemente de uma relação com os seres humanos. Este valor é captado pelas pessoas através de suas preferências na forma de não-uso do recurso. Esta consideração inclui simpatia e/ou respeito aos direitos ou ao bem estar de seres que não o homem...(Marques & Comune, 1999: 31)

Os economistas do meio-ambiente ao tentarem fundamentar o valor econômico da natureza tomam como ponto de partida a subjetividade e apelam até a critérios fundados na Ética.

Assim, afirmam que *“instrumentos econômicos e forças de mercado sozinhas, não resolverão os problemas fundamentais do meio-ambiente. Uma mistura de instrumentos regulatórios e econômicos necessita da ética como elemento subjacente”*. (Mota, 2001: 52)

Neste sentido verificamos que embora o valor intrínseco esteja presente na natureza em si, a sua elevação a valor econômico se dá por meio de uma atribuição, subjetivo-individual, de importância ao meio-ambiente. Esta atribuição, por sua vez, é formulada tendo por base a satisfação individual, o prazer, a responsabilidade moral que os homens sentem em relação à preservação da natureza. *“O valor intrínseco se refere ao sentimento, ao prazer, à contemplação, ao altruísmo em preservar o meio-ambiente e deixá-lo como legado para as próximas gerações... A ética assume papel relevante no valor intrínseco e tem o sentimento como foco central”*. (Mota, 2001: 52)

Observamos, até aqui, que os fundamentos dos valores do meio-ambiente, segundo a Economia Ambiental, estão repletos de considerações subjetivas que até mesmo remetem a origem destes valores à postulações de caráter ético.

De outro lado, devemos, ainda, apontar que os métodos e técnicas para estimar, quantificar os valores do meio-ambiente são igualmente fundados em questões meramente subjetivas.

Desta forma, como os bens e serviços ambientais não têm seus valores monetários estipulados pelo mercado é necessário que os homens imputem estes valores. Para encontrar os valores apropriados para a natureza os economistas do meio-ambiente propõem, de forma geral, mas não homogênea, os seguintes métodos:

- I) Utilização de informações acerca da disposição dos indivíduos para pagarem pelos recursos ambientais. Estas informações dizem respeito a quantidade monetária que os indivíduos teriam disposição de pagar pelo uso ou preservação da natureza, aos salários recebidos pelos indivíduos e as despesas das pessoas com produtos semelhantes ou substitutivos, ou seja, que dão o mesmo prazer aos indivíduos quanto os bens e serviços ambientais.
- II) Análise do estado das preferências, que pode ser averiguado por meio de questionáveis ou das contribuições financeiras individuais ou institucionais feitas aos órgãos responsáveis pela preservação ambiental.

Podemos notar que estes dois métodos têm a mesma raiz: a vontade e a disposição do indivíduo em pagar pela natureza. Por último:

- III) Identificação e análise das alterações na qualidade ambiental. O valor teria como base os gastos necessários para diminuir a poluição ou degradação do meio-ambiente a níveis mínimos de qualidade ambiental e sustentabilidade dos recursos naturais.

Antes de darmos um passo adiante e discutirmos a valoração do meio-ambiente segundo a Economia Ecológica, devemos ressaltar que alguns teóricos neoclássicos não entendem que a melhor forma de valorar os recursos naturais seja por meio de uma ação conjunta entre o Estado e os mercados.

Estes teóricos afirmam que o problema da valoração encontra-se mais nos termos jurídicos do que econômicos. Sustentam, então, que se deve estender e intensificar os direitos de propriedade dos bens naturais. Se alguém se sente afetado pela poluição do ar, causada por outra pessoa pode, assim, processá-la pois o oxigênio pertence igualmente a ambos. Se uma causa dano a propriedade de outra, deve ressarcir-la por estes danos.

Desta forma, as empresas estariam constantemente preocupadas em buscar novas tecnologias que diminuíssem a poluição causada pelo seu funcionamento.

Nesta maneira de pensar, as duas partes envolvidas, poluentes e cidadãos afetados, deveriam negociar entre si as indenizações, evitando a intervenção do Estado que se apresentaria apenas como o garantidor dos direitos de propriedade.

Embora, de um lado, alguns afirmem a necessidade de uma intervenção do Estado e de outro, defenda-se a livre negociação entre as partes envolvidas, podemos observar que nas duas formas de resolver os problemas ambientais, propostas pelos economistas de corrente neoclássica, em última instância, o mercado apresenta-se como instrumento principal para a melhor alocação dos bens e serviços naturais. E em ambas perspectivas a valoração do meio-ambiente tem uma mesma base, sendo, portanto, fundada a partir da subjetividade dos homens.

Vejamos, agora, alguns aspectos da valoração dos recursos naturais segundo a Economia Ecológica.

2) Economia Ecológica: valor da natureza e os fluxos de energia

Não obstante todas as diferenças existentes entre a Economia do Meio Ambiente e a Economia Ecológica, no processo de valoração da natureza, é certo que ambas partem da mesma idéia de que é necessário imputar um valor econômico aos recursos ambientais para frear a degradação do mundo natural.

Porém, os economistas ecológicos, em suas análises, se fundamentam, antes de tudo, na compreensão dos fluxos de energia presentes na natureza e enfocam a relação entre os ecossistemas e o sistema econômico.

Desta forma a valoração do meio ambiente não terá mais como ponto de partida as preferências individuais subjetivas como defendiam os economistas ambientais. O método para o cálculo do valor dos recursos naturais será baseado na análise de energia denominando-se, assim, método de base biofísica.

Este método, segundo seus defensores, atribui um valor à natureza de acordo com o custo, que por sua vez é avaliado tendo por base o seu grau de organização⁸ em relação ao meio-ambiente.

Esta abordagem abandona as hipóteses do princípio da soberania do consumidor e das preferências (individuais, através das quais obtêm-se as preferências da sociedade) para apoiar-se nos esquemas que privilegiam os insumos de energia direta ou indireta, necessários à produção e manutenção, ao longo do tempo, dos serviços ambientais. (Marques & Comune, 1999: 27)

⁸ O conceito de organização aqui utilizado diz respeito aos requerimentos de energia necessária. Ou seja, quando maior for o aproveitamento de energia mais organizado é o organismo. Ao contrário o conceito de desordem está associado à degradação de energia.

É importante apontarmos aqui que o sustentáculo deste novo método de valoração do meio ambiente são as leis físicas da termodinâmica. Vejamos isso mais de perto.

A primeira lei da termodinâmica é a lei da conservação de energia que pode ser enunciada da seguinte forma: a energia pode ser transformada constantemente, mas não pode ser criada nem destruída. Em seu sistema fechado (v.g., o universo) a energia total é constante.

A segunda lei afirma que *“nenhum processo que implique uma transformação de energia ocorrerá espontaneamente, a menos que haja uma degradação da energia de uma forma concentrada para uma forma dispersa”* (Odum, 1983: 55). Segundo esta lei a energia tende a se dissipar em calor de baixa temperatura que não pode ser aproveitada à medida em que se transforma.

Assim constatamos que nos fluxos energéticos que ocorrem na natureza algum quantum de energia sempre se dispersa em energia térmica não disponível. Nenhuma transformação de energia em energia potencial é 100% eficiente. A medida de energia não disponível que é fruto das transformações no mundo natural é chamada de Entropia.

Os economistas da corrente ecológica também se apropriam de alguns conceitos da Ecologia para formularem suas análises econômicas e fundamentam a necessidade e viabilidade da valoração dos recursos naturais. Um dos mais importantes destes conceitos se refere às trocas entre os organismos e o meio ambiente. *“Os ecossistemas e os organismos são sistemas termodinâmicos abertos, fora do ponto de equilíbrio, que trocam continuamente energia e matéria com o ambiente para diminuir a entropia interna, à medida que aumenta a entropia externa”*. (Odum, 1983: 55)

Nesse contexto, os economistas da linha ecológica afirmam que a economia também é um sistema aberto. E, por isso, a atividade econômica se desenvolve sendo

sustentada *“pelo fluxo de energia e matéria de baixa entropia, oriundas do meio ambiente. Esse fluxo é transformado em produção e consumo, devolvendo ao meio ambiente energia e matéria de alta entropia”* (Mota, 2001: 79).

Desta forma a Economia deveria dar igual atenção tanto à maneira como os homens organizam a produção e fixam seus recursos quanto aos “materiais” que são o fundamento primeiro de todo o processo produtivo. Ou seja, deveriam ser considerados os recursos materiais, que estão sujeitos às leis físicas da termodinâmica, às análises econômicas.

A Economia Ecológica afirma, neste sentido, que o valor das coisas que são produtos da atividade econômica, expressado pelos mecanismos do mercado capitalista, não reflete o real valor dos objetos, pois a análise da formação do valor dos produtos não levou em consideração, até hoje, os recursos extraídos da natureza para a produção das mercadorias bem como os detritos que são lançados no mundo e que interferem na recomposição dos elementos naturais.

É necessário, portanto, valorar de forma adequada os objetos agregando nestes valores o valor dos recursos naturais. Este valor, como já dissemos, seria quantificado a partir da análise dos fluxos de energia. Por exemplo, a quantidade de energia provinda do sol necessária para o crescimento das florestas, poderia, portanto, servir como medida do seu (das florestas) custo de energia, de sua organização e de seu valor (Marques & Comune).

Agregando ao valor dos objetos os valores dos bens e recursos naturais com base nos custos de energia teríamos uma composição do valor mais adequada à preservação do meio ambiente.

A economia tradicional, segundo as teorias da corrente ecológica, trata os sistemas econômicos como sistemas fechados e isso caracteriza uma séria limitação do pensamento econômico, pois anularia a possibilidade de se contabilizar as trocas de energia nos cálculos do valor econômico.

Há algum tempo alguns teóricos vêm apontando a importância da inserção da contagem energética à teoria do valor.

O argumento encontra-se na observação de que o trabalho humano empregado em múltiplas atividades obtém resultados bastante diferentes no que tange o desgaste físico-químico do meio ambiente. Mesmo possuindo um tempo socialmente necessário, para a produção destes diferentes objetos, idêntico. Desta forma verificamos que para a economia ecológica, ou para os autores precursores desta corrente, o simples cálculo do tempo de trabalho socialmente necessário será uma forma imprópria de valorar os objetos como um todo. Isto porque, os gastos de energia relacionados à transformação da natureza por meio do trabalho, não são homogêneos não ocorrem sempre em igual magnitude. Dois objetos podem ser produzidos em igual tempo, mas terem custos energéticos diferentes.

Desta maneira podemos apontar os gastos relativos à transformação dos recursos renováveis e não renováveis. Em um processo produtivo podemos obter objetos com o mesmo tempo de trabalho socialmente necessário. Eles, portanto, teriam o mesmo valor. Mas este valor assim calculado não levaria em consideração o fato de que uns objetos podem ter sido produzidos a partir de recursos naturais renováveis e outros a partir de recursos não renováveis. Assim, os custos sociais deste último objeto seriam maiores do que os de primeiro. Neste contexto o valor do segundo objeto não poderia ser igual ao do bem produzido com recursos renováveis.

Poderíamos, ainda, expor esta idéia, da incorporação da contagem energética à teoria do valor, da seguinte forma: quanto maior for a entropia resultante de uma dada atividade econômica maior deveria ser o valor correspondente do objeto produzido.

Podemos verificar que quantificação do valor dos produtos depende, segundo a Economia Ecológica, da atribuição e quantificação dos recursos naturais. Estes, por sua vez, são quantificados através de *“esquemas que privilegiam os insumos de energia direta ou indireta, necessários à produção e manutenção, ao longo do tempo, dos serviços ambientais”* (Marques & Comune, 1999: 27). Segundo esta linha de pensamento a natureza possui um valor imanente (independente da atividade humana) que deve ser expresso monetariamente e agregado ao valor dos produtos do trabalho. Essa abordagem abandona o princípio subjetivista neoclássico de soberania do consumidor e das preferências individuais dando ênfase à concepções meramente objetivas de valor.

Na Economia Ecológica as vontades, sentimentos e preferências dos homens não encontram espaço nos processos valorativos. Estes se formam a partir dos próprios elementos naturais, devidamente calculados. Estes cálculos são fundamentados, por seu turno, por meio de um método de base biofísica.

O problema fundamental e que é responsável, em última instância, pela crise ambiental nos dias de hoje é, segundo a Corrente Ecológica, o consumo ultraveloz dos recursos naturais pela atividade econômica, desconsiderando o tempo necessário para a recomposição da natureza. Além disso, existem limites para o desenvolvimento econômico, pois os bens e recursos naturais não são ilimitados. *“A questão crucial é a escala dos recursos naturais e das atividades econômicas. As leis da termodinâmica estabelecem limites para o uso de energia na transformação de ativos naturais em manufaturas”* (Mota,2001:79). A solução para estes problemas deveria partir da valoração da natureza e

incorporação dos seus bens e serviços à dinâmica do mercado, que poderia garantir um consumo menos veloz dos bens e serviços ambientais. De outro lado, dever-se-ia promover a instauração de uma ciência econômica fundamentada em novas bases.

A Economia Tradicional não considera os aspectos energéticos e a renovabilidade ou não dos recursos. Ela se desenvolve somente a partir do ciclo produção-consumo independente dos ritmos de renovação e reciclagem do meio ambiente. Deve-se dar atenção especial aos ritmos naturais, segundo a corrente ecológica. Os economistas ecológicos defendem a fundamental importância da distinção entre as várias formas de energia segundo suas qualidades, apontando o fato de que *“a capacidade de produzir trabalho útil é diferente segundo a fonte energética e o seu modo de utilização”*. (Foladori,2001:152)

Assim, uma nova perspectiva da economia deveria dar ênfase à análise energética dos processos econômicos, que serviria de base para uma utilização de materiais mais eficientes, no que tange os gastos de energia, e, com isso, mais sustentáveis.

Podemos verificar que a Economia Ecológica fundamenta o valor do meio ambiente segundo análises meramente objetivas. E permanece presa a objetividade do mundo natural no método de quantificação destes valores.

Diferentemente da Economia do Meio Ambiente a linha ecológica imputa um valor à natureza com base nela própria.

Nossa idéia, a qual procuraremos argumentar nos próximos capítulos, é que ambas correntes econômicas (do Meio Ambiente e Ecológica) partem de concepções equivocadas ao proporem a valoração do meio ambiente como forma de superação da crise ambiental. Erram no processo de atribuição de valor aos recursos naturais e erram na idéia de que a crise ambiental é produto da desconsideração do valor econômico do meio ambiente. Aqui trataremos mais detalhadamente do primeiro erro acima citado.

Antes, porém, de entrarmos nas questões específicas relacionadas à temática do valor, é importantes que levantemos alguns problemas mais gerais observados nas concepções da Economia Ecológica e na Economia do Meio Ambiente.

As duas correntes propõem a tese de que a valoração e a inserção dos recursos naturais, devidamente valorados, no mercado seria uma resposta viável para frear a crise ambiental vivida nos dias atuais. Mas, o simples fato de imputar valor à natureza não poderia garantir a sua preservação e/ou conservação. Estaríamos apenas diante de uma situação em que possuidores do grande capital poderiam comprar grandes parcelas dos recursos e usufruir livremente delas. Ou seja, a depredação não iria cessar com a valoração ambiental. Além disso *“os ritmos naturais da biosfera não têm nenhuma relação com os ritmos econômicos, ao se impor preço à depredação ou à poluição não se garante, em absoluto, a sustentabilidade de tais recursos ou bens”* (Foladori,2001:145).

Os partidários da Economia Ambiental dizem, ainda, que atribuindo valor ao meio ambiente haveria um impulso ao desenvolvimento tecnológico no sentido de produção de novas tecnologias alternativas e mais sustentáveis. Isto com o objetivo de consumir menos os recursos e, assim, diminuir os gastos com a produção, aumentando o lucro. Porém, não, há garantias concretas que isso aconteceria antes da degradação definitiva do recurso. As novas tecnologias poderiam ser desenvolvidas somente após o consumo total de um recurso natural, com a finalidade de substituí-lo.

De outro lado, a Economia Ecológica afirma que os avanços tecnológicos não podem substituir os recursos naturais. Afirmam, ainda que a terra é limitada em recursos e por isso o desenvolvimento econômico tem também limites bem delineados, por isso, um crescimento ilimitado seria impensável. Mas, em contrapartida, observando o desenvolvimento do homem desde o mundo primitivo, constatamos que há uma tendência a

um constante desenvolvimento das forças produtivas e das necessidades humanas. Junto com Marx podemos apontar um constante afastamento das barreiras naturais. Mas, como isso pode ser uma tendência intrínseca do desenvolvimento humano se existem limites absolutos para esse desenvolvimento? Deveríamos, então, acreditar que chegado este limite a produção humana deveria parar de se desenvolver? A Economia Ecológica afirma que sim.

Muitos pensadores da linha ecológica defendem o congelamento do desenvolvimento econômico abertamente, com base na idéia de que existem limites absolutos para os elementos da natureza. Afirma-se que;

se se mantiverem as atuais tendências de crescimento da população mundial , industrialização, contaminação ambiental, produção de alimentos e esgotamento dos recursos, este planeta alcançará os limites de seu crescimento no curso dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um súbito e incontrolável declínio tanto da população como da capacidade industrial. (Meadows apud Foladori,2001: 151)

Em contrapartida, podemos argumentar que o problema não se encontra nos “limites absolutos” dos recursos, mas sim nos ritmos de exploração destes recursos exigidos pela formação social capitalista.

Este problema da relação entre a forma específica de produção e a degradação do meio ambiente não entra nas discussões promovidas pelas duas correntes econômicas aqui analisadas. Sabemos que a produção capitalista tem como objetivo fundamental não a satisfação das necessidades humanas, mas sim das necessidades de obtenção de lucros. E para satisfazer tal necessidade os ritmos de consumo dos recursos naturais são

desconsiderados. “*O interesse da burguesia como classe não é a natureza como meio de meio de vida, mas à medida que esta possibilite o aumento da taxa de exploração do trabalho assalariado, quer dizer, a geração do lucro, embora como pessoa defendam o meio ambiente*” (Foladori,2001:112).

A idéia de que a crise ambiental é fruto dos limites materiais do planeta, decorre de uma concepção conservadora acerca da origem, estrutura e desenvolvimento do universo. Esta concepção bem como o seu contraposto, será analisado mais adiante. O que nos interessa neste momento é fixar a idéia de que a formação econômica capitalista impõe o consumo dos recursos naturais com uma velocidade maior do que eles podem se renovar. E, além disso, analisando a história da humanidade podemos observar que a sociedade humana

tem a capacidade de utilizar recursos dos mais variados, substituindo uns por outros segundo os fins e o grau de desenvolvimento tecnológico. Os recursos não são nunca limitados, uma vez que, quando começam escassear como matéria prima para determinada atividade, rapidamente podem ser substituídos por outros (Foladori,2001:153)

Assim, qualquer linha teórica que postule a necessidade de conferir valor econômico ao meio ambiente, fundada com base na concepção dos limites materiais, tem como ponto de partida uma idéia falsa.

Podemos apontar também um problema, na Economia Ambiental, no que tange os métodos para quantificação do valor dos recursos naturais.

Vários métodos diferentes utilizados para estimar os valores dos bens e recursos naturais chegam a resultados diversos e colocam em cheque a sua credibilidade. Isto se

deve ao fato de que todos os métodos de análise, no interior do pensamento ambiental de base neoclássica, se fundam em pesquisas de opinião. Remetem-se principalmente a um carácter subjetivo ligado a preferências individuais. Além disso há certa dificuldade em caracterizar uma externalidade como negativa ou positiva de forma que tal caracterização valha para todas as pessoas igualmente. Por exemplo, o que parece negativo para pessoas de um determinado bairro, próximo a uma indústria, pode mostrar-se positivo às pessoas de outro bairro cuja a poluição do bairro vizinho gerou uma valorização dos seus terrenos e casas, menos afetados por essa poluição. Na sociabilidade capitalista alguém sempre sai ganhando com o prejuízo dos outros.

Podemos também apontar aqui o fato de que tanto a Economia Ambiental como a Economia Ecológica não entende a crise do meio ambiente vivida hoje como sendo produto de um conjunto de relações de produção específica, regida pela lógica mercantil do sistema capitalista.

A corrente ecológica, que aparentemente tem um tom mais crítico do que a outra, fundada nos conceitos neoclássicos, não faz em nenhum momento a reflexão acerca da possibilidade de se chegar a uma produção mais racional, que leve em consideração a diferença entre os recursos renováveis e os não renováveis no interior da sociabilidade capitalista.

Aprioristicamente acredita-se na idéia de que isto é possível. Sem analisar as leis intrínsecas ao desenvolvimento do capitalismo. Aponta-se a necessidade de uma economia de “estado estacionário” (de crescimento zero), sem analisar profundamente a viabilidade de tal economia no modo de produção capitalista.

Neste sentido, percebemos que as relações sociais de produção são abstraídas das reflexões acerca do meio ambiente. Tudo acontece como se não existissem classes sociais,

interesses antagônicos de classe, etc. Desta forma nunca se chega a real causa dos problemas ambientais vividos nos dias de hoje: a forma de produção fundada exclusivamente na necessidade de lucro, onde os produtores não têm o controle total e consciente da produção e que as leis e determinações do mercado são os verdadeiros controladores do processo produtivo.

E, para os economistas que pretendem propor soluções para a crise ambiental, este mesmo mercado apresenta-se como instrumento fundamental para tal empreitada.

A idéia de que não são os limites físicos que determinam a crise ambiental, mas sim a formação social regida pela lógica do capital será desenvolvida em um futuro projeto de Doutorado. Tentaremos argumentar, de forma mais aprofundada, que os homens se deparam, antes com limites sociais do que com limites materiais absolutos. Assim, defenderemos a tese de que a lei econômica, inerente ao desenvolvimento capitalista, formulada pelo pensador húngaro I. Mészáros da taxa de utilização decrescente apresenta-se como principal, mas não único, fator da crise ambiental do mundo atual.

Por enquanto estas rápidas considerações já foram suficientes para apontarmos alguns problemas das teorias que propõem uma solução para a crise do meio ambiente a partir da valoração e inserção dos bens e recursos naturais na dinâmica do mercado capitalista.

Agora passaremos a analisar um problema de fundo destas concepções amplamente defendidas pela Economia Ambiental e Ecológica.

Esta questão de fundo está relacionada à própria possibilidade de se dar valor aos recursos ambientais. Será que podemos atribuir valor econômico ao ar, à camada de ozônio, à diversidade genética das florestas tropicais, à água, etc.? A formação e quantificação do valor da natureza tem um caráter meramente subjetivo ou objetivo? Para respondermos

estas questões teremos que partir de uma outra pergunta: o que é e como se forma o valor econômico?

Ao tentarmos analisar estas interrogações apontaremos os equívocos das concepções que defendem a valoração do meio ambiente, no sentido de mostrar que elas partem de idéias confusas e que não correspondem à realidade da origem, formação e desenvolvimento da categoria valor. E ainda fundamentam os seus métodos de quantificação do valor em bases meramente subjetivas, no caso da Economia do Meio Ambiente, ou simplesmente objetivas, como é o caso das análises de Economia Ecológica.

De outro lado tentaremos demonstrar que a categoria valor tem um caráter essencialmente objetivo-subjetivo.

Façamos, agora, uma análise mais cuidadosa da natureza do valor econômico para que possamos alcançar nossos objetivos. Partiremos, nessa análise, do exame da categoria que, acreditamos, é o fundamento ontológico de todos os complexos sociais incluindo-se aí o valor. Veremos, assim, com mais clareza a estreita relação do valor com o trabalho.

CAPITULO II

A CATEGORIA TRABALHO

1 – Trabalho e gênese do ser social

Na intenção de demonstrar os equívocos teóricos cometidos na tentativa de conferir valor ao meio ambiente analisaremos, antes de tudo, as determinações categoriais presentes na origem do valor econômico. Observaremos a relação íntima existente entre valor e trabalho e apontaremos o caráter objetivo-subjetivo do valor econômico.

Com isso, problematizaremos as concepções que afirmam que os valores surgem simplesmente das vontades e preferências individuais ou que apontam o valor como sendo algo intrínseco às coisas.

Neste capítulo analisaremos a categoria trabalho enquanto fundamento da produção dos valores e, portanto, da forma de ser específica do homem. Veremos como o trabalho funda o ser social e promove o seu desenvolvimento na medida em que se apresenta como atividade produtora de valores de uso, ou seja, de bens necessários à satisfação das necessidades humanas.

Vejamos isso mais de perto.

Quando nos detemos a estudar qualquer fenômeno relacionado ao ser social, à sua especificidade e suas legalidades é necessário que comecemos analisando a distinção ontológica, ou seja, no plano do ser, da sociedade frente à natureza. Neste sentido acreditamos que para analisarmos qualquer complexo social (religião, ciência, ideologia, arte, valores, etc) devemos partir de uma pergunta fundamental, qual seja: O que é o homem?

Assim poderemos evitar concepções equivocadas que permeiam tanto o senso comum quanto uma parcela considerável da comunidade científica. Afirmações como “o homem é apenas um animal dotado de raciocínio”, ou “o homem é fruto de uma evolução (direta, retilínea) de espécies inferiores” (basicamente primatas) ainda são comuns, sem falar das concepções religiosas que igualam tudo o que existe no conceito de criação divina e desta forma ignoram as diferenças existentes na forma de ser do homem e da natureza.

Antes, porém, de iniciarmos nossa discussão específica acerca do ser social, é necessário, que abordemos, ainda que de forma esquemática, alguns aspectos do ser natural, pois este serve de base para o surgimento e desenvolvimento do ser social, segundo Lukács: um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico. E, além disso, para nossas discussões posteriores acerca da valoração do meio ambiente é importante que façamos, agora, esta exposição dos fundamentos e da estrutura ontológica do mundo natural.

Junto com Georg Lukács constatamos que o mundo objetivo é constituído de três esferas ontológicas, ou seja, de três formas de ser. Além do ser social verificamos a esfera do ser orgânico e a do ser inorgânico, estas últimas, juntas, formam o mundo da natureza.

No que tange a origem do ser inorgânico observamos que existem várias teorias para sua explicação. Mas duas entre elas são predominantes, hoje, no meio científico. A primeira é a já bastante conhecida, teoria do big-bang. Esta concepção que hoje é hegemônica, afirma que a origem do universo estaria situada a 15 bilhões de anos, sendo fruto de uma “grande explosão”. Toda a matéria do universo estaria concentrada em um volume infinitesimal que também possuía uma densidade infinita. Esta “singularidade”, como é chamado este estado anterior a constituição do universo, seria mais ou menos do

tamanho de uma bola de futebol. O tempo e o espaço ainda não existiam, o que havia antes do big-bang era o nada. Assim,

a explosão implicou a expansão de radiação (ou de matéria), que gerou o tempo e o espaço, na mesma medida. A metáfora de uma bexiga que vai inflando dá uma idéia da expansão do universo. Cada ponto do globo se distancia do restante à medida que este infla, criando com isso o espaço e o tempo (Foladori,2001:22).

Somente algumas centenas de milhões de anos após a explosão é que a matéria se separou da radiação e com isso se seguiu a formação dos primeiros átomos de hélio e lítio e hidrogênio. Hoje se sabe que a partir dos átomos de hélio e hidrogênio são formados 99% de toda matéria conhecida no universo.

No que diz respeito ao futuro do universo os teóricos partidários da teoria da “grande explosão” apontam três possibilidades mais prováveis.

A primeira afirma que a densidade do universo tal como a observamos hoje implica em uma força de atração gravitacional que seria maior que as forças de expansão geradas a partir do big-bang. Assim, o universo, em um dado momento, cessaria de se expandir, pois a força gerada pela explosão primordial se tornaria bastante fraca e, pela força de atração gravitacional, o universo passaria por um processo de contração até o ponto no qual tudo voltaria a se fundir.

De outro lado, alguns cientistas afirmam que as forças de expansão são muito maiores do que as forças de atração. Assim, o universo estaria se expandindo indefinidamente.

Por fim, as posições hegemônicas nos dias atuais apontam que há, na verdade, um equilíbrio de forças no universo que gera um chamado “estado estático”.

Apesar de ser a concepção predominante nos dias de hoje, alguns cientistas apontam sérios problemas na teoria do big-bang. Além disso, podemos verificar que esta teoria fundamenta indiretamente algumas idéias que estão na base das concepções de mundo religiosas.

Por um lado, cria-se a possibilidade de identificar a grande explosão com o ato da criação divina. Se antes do big-bang não existia nada, então todo o universo foi criado espontaneamente e a partir do nada. Tal explicação podemos encontrar no mito cristão acerca da origem do mundo (e também em muitas outras explicações religiosas).

De outro lado, se consideramos verdadeiras as idéias do big-bang veremos que o universo, de alguma maneira, possui um limite. A “singularidade” inicial representa a condensação de toda a matéria existente. Assim, mesmo que essa matéria se expanda ela tem certos limites para além dos quais o que existe é o nada, pois a matéria apenas pode se expandir em um espaço efetivamente vazio.

Esta idéia de que o mundo é fechado, ou seja, limitado já estava presente na concepção aristotélica-ptolomaica que permeou todo o mundo medieval e que fundamentou a visão de mundo cristã.

Além disso, a teoria do big-bang trás consigo uma outra propositura que tem repercussões ideológico-práticas na vida dos homens. É a idéia da finitude da matéria.

Essa idéia da matéria finita é, por certo, parte do senso comum, como resultado da atividade vital do indivíduo eu se move em meio a objetos limitados. No mundo em que vivemos, essa idéia se fortalece, já que para obter qualquer produto, é necessário comprá-lo com dinheiro, o qual temos sempre de maneira limitada, o que reforça, assim, a idéia de um mundo material finito. (Foladori,2001:24).

Devemos, desta maneira apontar que,

(...)da teoria do big-bang, com um universo finito, à crise ambiental contemporânea, na qual o crescimento econômico parece se contrapor aos recursos materiais finitos, passando pela experiência cotidiana do dinheiro limitado no bolso, há um fio condutor: a crença em que a matéria é finita. (Foladori,2001:25).

A teoria econômica neoclássica segue esta linha e afirma que a economia se define como sendo a “utilização de recursos escassos para satisfazer necessidades ilimitadas”.

A escassez material é a consequência imediata na crença de um universo finito, portanto, limitado.

Já no que diz respeito às novas descobertas científicas, muitos estudiosos afirmam que a teoria do big-bang apresenta alguns pontos fracos.

O primeiro deles é o fato de eu os clusters (galáxias integradas em aglomerações maiores) apenas poderiam se formar em não menos do que 100 bilhões de anos. Este número não se encaixa com a origem do universo posta a 15 bilhões de anos atrás, data que os defensores desta concepção apontam o momento da grande explosão. O segundo ponto fraco diz respeito ao “*caráter ‘amontado’ das formações do universo, algo impossível de explicar a partir da origem homogênea e suave pretendida pela teoria do big-bang.*” (Foladori,2001:26).

Podemos observar, hoje, que existem outras interpretações sobre a origem do universo que estão em concordância com as novas descobertas científicas.

A teoria do plasma desenvolvida pelo físico Hannes Alfvén é uma destas interpretações. A exposição desta teoria fugiria as nossas pretensões neste trabalho. Mas, é importante assinalarmos que se contrapondo à idéia do big-bang a teoria de Alfvén

tem como consequência imediata a demonstração de um universo sem origem e, portanto, sem fim. Outra consequência importante é a postulação da infinitude da matéria. Assim, escassez não pode mais ser advogada como barreira ao desenvolvimento humano como fazem as teorias econômicas neoclássicas.

É importante frisarmos neste primeiro momento que o mundo abiótico, ou seja, que a esfera do ser inorgânico, para usar os termos de Lukács, tem sua estrutura ontológica caracterizada por uma constante transformação em que determinadas substâncias se agregam e/ou se separam e, assim, constituem novas substâncias que por sua vez vão novamente se agregar e/ou se separar para formar outros elementos etc.

Se não podemos falar, com certeza, de uma origem do universo o mesmo não podemos fazer com relação à vida na terra. Devemos agora tentar apreender como se deu a origem da vida. Pois o ser orgânico ao surgir representará algo completamente novo, qualitativamente diferente do mundo inorgânico.

Antes de qualquer coisa é importante afirmarmos que o mundo da vida tem por base fundamental o ser inorgânico.

O mundo abiótico desenvolveu-se, em seu processo evolutivo, até o ponto em que surgiram certos elementos que possibilitavam o surgimento da vida.

Existem, hoje, evidências fósseis que apontam a origem da vida na Terra há 3,9 bilhões de anos.

Sabemos que a origem da vida está na não-vida. O ser inorgânico se desenvolveu até o momento em que alguns aminoácidos começaram a autoreproduzirem-se constituindo, assim, a característica fundamental do mundo da vida, a reprodução.

Mas salientemos que a reprodução na esfera do ser orgânico está estruturada em uma constante produção do mesmo.

Quando analisamos a origem da vida na Terra temos que atentar para a passagem do mundo abiótico para o ser orgânico.

Na Terra primitiva existiam alguns compostos de carbono como açúcares, aminoácidos, graxas etc. Estes são a base da vida, mas preexistiam a ela. Estavam na Terra antes do surgimento da vida e encontravam-se também no espaço, em planetas, cometas etc.

Admite-se que a Terra primitiva teria em sua superfície os componentes químicos a partir dos quais se fez a vida, compostos químicos chamados “orgânicos” – como os aminoácidos, as subunidades de proteínas, os nucleosídeos, subunidades das moléculas de nossas células que carregam a informação genética; os açúcares, subunidades dos polissacarídeos – e muitas outras peças essenciais que esperavam pelo ato final da montagem. É importante reconhecer que estes componentes químicos, embora encarados como característicos da vida, são também produtos do estado estável abiológico. A simples presença de tais componentes em um planeta sem oxigênio não é, por si, uma prova para a vida. É prova apenas da possibilidade de sua formação. (Lovelock, apud Foladori, 2001:30).

As primeiras formas de vida que surgiram na Terra eram anaeróbicas, ou seja, viviam sem oxigênio, pois a atmosfera terrestre era destituída deste elemento. A vida em seus primórdios era extremamente simples e a diferença fundamental entre o ser inorgânico e orgânico, neste momento, estava marcada simplesmente pela reprodução.

Mas com a ação do meio ambiente sobre a vida (o calor terrestre, os raios ultravioletas, as descargas elétricas, etc) surgiram após 700 milhões de anos as primeiras bactérias que são formas de vida mais complexas do que os aminoácidos que se reproduziam.

As bactérias foram os primeiros seres vivos “*que utilizavam a fermentação para decompor açúcares e compostos orgânicos com os quais se alimentavam*”. (Foladori,2001:31).

No entanto em algum momento estes compostos tornaram-se escassos e para garantir sua existência os seres vivos foram obrigados a se adaptarem a nova realidade. Passaram a utilizar a energia solar para produzir os compostos orgânicos necessários à sua sobrevivência a partir dos elementos inorgânicos presentes na natureza, tornaram-se autótrofos. Em algum tempo surgiram bactérias (cianobactérias) que utilizavam a água como elemento redutor. Assim, no mesmo instante em que produziam seus alimentos a partir do hidrogênio (composto orgânico) liberavam oxigênio na atmosfera.

Com a abundância do oxigênio na atmosfera e com a formação de uma proteção que envolvia a Terra, contra os raios ultra-violetas do sol, constituída por moléculas de oxigênio de três átomos (O³) a vida se desenvolve e evolui até o surgimento dos animais mais evoluídos os quais foram a base para o surgimento do homem.

Aqui verificamos não só como o ambiente pode modificar os seres vivos obrigando-os a se adaptarem a cada mudança do meio, mas também que os seres vivos retroagem sobre o mundo inorgânico transformando-o a cada momento de sua evolução. Há, nesta relação, uma determinação reflexiva.

A idéia central e revolucionária é de que a vida reordena a matéria. A vida surge da não-vida, da matéria abiótica, mas tão logo adquire seu *status* como matéria que se autoreproduz, tem a capacidade para se reordenar – dentro de certos limites – o restante da matéria abiótica. Não se trata de uma dinâmica linear, sempre progressiva; pelo contrário, a cada passo surgem efeitos do movimento da mecânica celeste que voltam a mostrar o caráter de mais longo prazo e de grandes conseqüências dessas forças universais.(Foladori,2001:34).

Ao observarmos a esfera do ser orgânico constatamos de imediato que esta tem como uma de suas características fundamentais o processo de reprodução. Este processo assume a forma de uma constante reposição do mesmo. Assim, os seres vivos adaptam-se a determinados meios e a partir daí passam a uma ininterrupta recolocação do mesmo.

Passemos agora a analisar a nova etapa do processo de evolução⁹, ser, ou seja, o surgimento do ser social.

O ser social apenas pode surgir tendo por base o mundo natural. E a sua relação com este será um dado ineliminável da vida humana.

O ser orgânico desenvolve-se até alcançar patamares bastante elevados de complexidade dentro dos quais as possibilidades para o surgimento do homem são constituídas.

As pesquisas sobre a origem do homem avançaram bastante nas últimas décadas principalmente no campo da Paleontologia Humana e da Biologia Molecular que trazem novos e importantes dados para a maior compreensão do surgimento do gênero *homo*.

Atualmente muitos cientistas polemizam sobre a origem do homem, mas poucos colocam o trabalho, enquanto forma diferenciada de reação do homem frente a natureza, como fator preponderante da transformação do macaco em homem. Exaltam apenas os fatores biológicos como o surgimento do bipedismo e o conseqüente aumento do cérebro, a liberalização dos polegares, mudanças radicais na forma de se alimentar, etc. Estes, de fato,

⁹ Aqui a palavra evolução não tem nenhum teor valorativo, apenas se refere ao processo de constante complexificação dos seres. Já vimos, por exemplo, como o ser orgânico é mais complexo em sua estrutura ontológica que o ser inorgânico.

foram elementos de suma importância, mas não foram os únicos responsáveis pelo advento da humanidade. Assim, alguns antropólogos colocam a origem do homem a sete milhões de anos atrás exatamente no período em que o macaco tornou-se bípede ocorrendo, por isso, um aumento significativo de seu cérebro. Outros afirmam que esta origem encontra-se a dois e meio milhões de anos a partir do momento em que surgiu o *Homo Habilis* e com ele a fabricação de objetos. Alguns ainda afirmam que apenas podemos falar em ser humano, de fato, nos últimos cento e cinquenta mil anos, mais ou menos a época em que surge o *Homo Sapiens* arcaico ou primitivo.

Antes de apresentarmos a idéia de que o trabalho é a categoria fundante do ser social é importante expormos as condições naturais que condicionaram o surgimento do homem.

Os fósseis hominídeos mais primitivos remontam a 3,5 milhões de anos atrás. E a grande diferença entre essas espécies e os seus parentes símios encontra-se na sua posição erguida, ou seja, na locomoção bípede. Esta mudança de postura, que desencadeou transformações decisivas na fisiologia dos animais e que, com isso, proporcionaram as possibilidades para o salto à humanidade, foi produto de transformações climáticas de grande impacto sobre os seres vivos do mundo. Estas transformações ocorreram à 20 milhões de anos e depois à 3 milhões de anos.

A primeira mudança climática se deu por um resfriamento generalizado acompanhado de enorme movimento tectônico no leste da África que dividiu esta região em duas. De um lado as chuvas se tornaram descontínuas e as florestas cederam lugar às savanas. De outro lado o clima continuou parecido com o anterior a esse movimento e por isso ainda predominavam as florestas tropicais. Nas savanas os frutos tornaram-se escassos e, portanto, as condições de vida ficaram mais difíceis. Desta forma, sob a pressão da

seleção natural os símios superiores tiveram que se adaptar as novas condições de vida nas savanas. E a melhor forma de sobrevivência nas novas condições do mundo natural foi o desenvolvimento do bipedismo.

Já a segunda mudança climática também se deu por uma nova onda de frio que condicionou, desta vez, um clima mais seco que por sua vez afetou a vegetação pressionando novamente os espécimes de homínídeos a buscarem novas formas, mais eficazes, de sobrevivência. Neste momento os homínídeos dividiram-se em duas atitudes diferentes na tentativa de garantirem a sua sobrevivência. De um lado uns encontraram a melhor forma de se adaptarem aos novos desafios “postos” pelo meio através da especialização em uma alimentação vegetariana. Outros por meio de uma alimentação que mesclava o consumo de vegetais e o de carne.

Os homínídeos que se alimentavam de forma onívora foram aqueles deram origem ao homem, pois esta alimentação proporcionava um maior consumo de energia pelo cérebro o que ocasionou um grande desenvolvimento deste órgão.

Vemos, então, que o bipedismo e as conseqüências desencadeadas pela bipedestação foram elementos fundamentais para a passagem do mundo natural para o mundo social. Foram condições necessárias, mas não suficientes.

Tomando por base as investigações científicas desenvolvidas nos últimos anos e as concepções ontológicas do pensador húngaro G. Lukács, verificamos que a emergência do ser social em sua radical diferenciação do mundo natural se dá por meio do trabalho, ou seja, através de uma ação teleológica que transforma, em alguma medida, o mundo à sua volta. Por meio, portanto, de uma nova forma de responder as carências e necessidades vividas na relação com o meio ambiente.

Porém é importante ressaltar, junto com Lukács que:

O momento essencialmente separatório e constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é resultado que no início do processo existia já na representação do trabalhador, isto é, de modo ideal. (Lukács,1978:4)

Vemos, então, que não basta que objetos sejam produzidos para que possamos afirmar a gênese do ser social. Segundo Foladori "*Existem centenas de exemplos de utilização de instrumentos por diversas espécies animais. Não obstante, a fabricação de instrumentos pelo ser humano tem vários elementos específicos*" (1995:69).

Tais objetos têm que ser o produto de uma ação consciente e planejada. A consciência do ser social diferencia-se qualitativamente das formas anteriores de psiquismo animal e este é, acreditamos, o elemento de maior diferenciação entre a produção de instrumentos dos animais e dos homens.

O surgimento da consciência humana é assim;

(...) o início de uma etapa superior ao desenvolvimento psíquico. O reflexo consciente, diferentemente do reflexo psíquico próprio do animal, é o reflexo da realidade concreta destacada das relações que existem entre ela e o sujeito, ou seja, um reflexo que distingue as propriedades objetivas estáveis da realidade. (Leontiev,s/d:75)

Podemos inferir destas colocações a extrema importância da consciência para a atividade própria do ser social. Esta importância não pode ser exagerada, pois é justamente a consciência humana que "*distingue a realidade objetiva do seu reflexo, o que leva a*

distinguir o mundo das impressões interiores e torna possível com isso o desenvolvimento da observação de si mesmo" (Leontiev,s/d:75)

As pesquisas mais recentes acerca da pré-história humana nos dão subsídios para afirmar que a consciência humana tal como o trabalho surgiu mais ou menos há 1,4 milhão de anos na África pois neste período e nesta região verificou-se que "pela primeira vez na pré-história, há indícios de que fabricantes de artefatos tinham um modelo mental do que desejavam produzir - que eles estavam impondo intencionalmente uma forma à matéria-prima que utilizavam" (Leakey,1997:48).

Este teria sido, assim, aproximadamente o momento em que o homem rompe com a forma de ser do mundo natural.

Mas, neste momento inicial o homem encontra-se ainda em um estágio muito pouco desenvolvido no que concerne a forma de ser social. Os elementos do mundo natural ainda estavam muito presentes na reprodução do homem. Contudo, a animalidade, através do trabalho, torna-se cada vez mais distante e em cada momento de seu desenvolvimento o ser social afasta constantemente as barreiras naturais que travam sua reprodução enquanto ser especificamente humano.

O trabalho apresenta-se como a forma específica de ser do homem. A reprodução humana (por causa de sua práxis) se dá através de uma constante produção do novo o que a diferencia radicalmente da reprodução natural marcada por uma constante produção do mesmo. A atividade transformadora dos homens (na qual consciência tem um papel determinante) é princípio de desenvolvimento, promovendo uma constante elevação do ser social a patamares superiores de sociabilidade. Já a reprodução meramente biológica como vimos mantém-se sempre em um estágio estabilizado, como um "beco sem saída" no desenvolvimento.

Importante para nós, neste momento, é a indicação de que movimentos evolutivos no desenvolvimento das diversas formas específicas de ser são reais. Porém, uma passagem do mundo natural ao mundo social apenas pode se efetivar por meio de um salto.

Embora estes processos evolutivos sejam de grande importância para a constituição do ser do homem, podemos constatar que a adaptação dos primatas mais evoluídos, por mais complexa e eficaz, ainda é uma adaptação passiva ao meio. E esta passagem da mera adaptatividade à real atividade sobre o meio ambiente se dá apenas com o rompimento radical do desenvolvimento evolutivo. Esta passagem, por isso, tem o caráter de salto ontológico. *“A essência do salto é constituída por esta ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma imediata ou gradual, no tempo, da nova forma de ser”* (Lukács, 1996:3). É certo que o desenvolvimento do ser orgânico, desde sua explicitação, que se dá tendo por base o ser orgânico, até o momento do salto ao ser social, é um processo extremamente longo e complexo que porém não retira o caráter de ruptura desta passagem. É interessante ressaltarmos aqui que após o salto ontológico a nova forma de ser sempre se desenvolve no sentido de um contínuo aperfeiçoamento. Por isso, às vezes, perde-se de vista o fato de que entre a forma mais evoluída de uma estrutura do ser menos complexa e a gênese de uma nova estrutura há um salto qualitativo, real no qual as antigas legalidades e princípios são superadas.

Agora, pois, chegamos a um momento chave em nossa discussão. O que impulsiona este salto de uma esfera de ser à outra? Quando analisamos o salto ontológico percebemos que a forma de ser da esfera que está surgindo tem que se apresentar como momento predominante em um determinado instante do processo de evolução e aperfeiçoamento da esfera já existente. Quando isso acontece há o salto qualitativo no qual surgirá a nova forma de ser com suas legalidades e suas especificidades.

Podemos, então, apreender com maior clareza a passagem do mundo natural ao mundo social se considerarmos que neste salto a categoria trabalho se afirma como momento predominante, convertendo-se no modelo da nova forma de ser em seu conjunto.

A forma de se reproduzir específica do homem é fundada pela categoria trabalho. Apenas esta categoria pode mediar a relação entre o homem e natureza, segundo Lukács :

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílios, matéria-prima, objeto do trabalho, etc) como orgânica, inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assimila a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológica ao ser social. (Lukács, 1996:2).

Aqui percebemos que o trabalho se apresenta como uma categoria fundamental para a gênese da forma específica de ser do homem.

O trabalho consiste antes de tudo, em uma relação entre o homem e a natureza à qual, na luta pela existência, o homem transforma o mundo natural, por meio de sua atividade, a fim de superar carências e necessidades que se apresentam como barreiras à sua reprodução enquanto ser social. Assim, o homem apropria-se da matéria natural transformando-a em algo útil para sua própria vida, respondendo de forma essencial e conscientemente ativa às dificuldades impostas pelo ambiente. Anteriormente já havíamos apontado o fato de que a diferenciação entre o ser natural e o ser social se encontrava principalmente na forma a qual cada esfera responde aos obstáculos do meio à sobrevivência. Agora, no entanto, podemos constatar que apenas a categoria trabalho pode articular de forma ativa a interação entre homem e natureza. Apresentando-se, portanto, como categoria central no processo de humanização do homem. Porém, logo surge uma

questão. Pode-se perguntar sobre algumas organizações do reino animal que aparentemente apresentam capacidade de executar trabalho e até notamos, nestas organizações, a existência de uma certa divisão do trabalho, como por exemplo as comunidades das formigas e das abelhas. Contudo, podemos observar o que esta divisão de trabalho é sobretudo uma divisão fixada biologicamente pois o modo o qual estas organizações animais respondem ao ambiente é apenas um resultante de uma forma particular de algumas espécies de adaptação ao meio em que vivem, reproduzindo exclusivamente processos vitais que apenas dão continuidade à sua existência biológica. Desta forma, verificamos que nestas atividades animais este tipo de trabalho e de divisão do trabalho não contém nenhuma possibilidade de um desenvolvimento posterior da organização como um todo. Portanto, esta maneira peculiar de resposta ao meio ainda se encontra no âmbito da adaptatividade passiva.

Podemos concluir, a partir do que já foi dito, que o trabalho é uma atividade pertencente unicamente ao mundo dos homens e, mais ainda, que é a categoria central do ser social, independente de qualquer formação econômica.

Neste momento nos encontramos diante de uma nova questão. O que torna o trabalho uma forma de resposta ao meio tão peculiar, a ponto de ser fundamento de toda uma esfera ontológica? Antes de tentarmos responder esta questão observemos as palavras de Marx ao apontar a diferença existente entre as operações de uma abelha e as de um arquiteto humano.

(...) a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No

fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto, idealmente. (Marx,1988:142-143)

Podemos, agora, observar a essencial peculiaridade do trabalho humano. O homem projeta idealmente os fins aos quais sua atividade deve se dirigir ou seja, o resultado já existe idealmente antes de ser realizado do âmbito do ser material. Por meio de uma posição teleológica o homem faz surgir uma nova objetividade. Ao idealizar previamente os fins aos quais sua atividade deve se orientar o homem também procura meios através dos quais poderá realizar materialmente sua idéia.

Na realização de finalidades o homem se constrói enquanto homem. Isto porém, apenas é possível pelo papel essencial que a consciência humana exerce nos atos de trabalho. No mundo natural, em especial nos animais mais evoluídos, verificamos a existência de uma consciência, mas esta não abandona a forma de mero “epifenômeno” da reprodução biológica. Podemos, então, nos referir a consciência animal apenas como uma forma mais complexa e evoluída de responder passivamente às dificuldades do ambiente. *“Na natureza, a consciência animal jamais vai além de um melhor serviço prestado à existência biológica e à reprodução e por isso, de um ponto de vista ontológico, é um epifenômeno do ser orgânico”.* (Lukács,1996:14). No processo de trabalho humano a consciência passa a agir efetivamente no real e o pensamento torna-se categoria transformadora. Isto se dá pelo fato de que na praxis humana é a consciência que impulsiona o processo, pela posição de uma finalidade, e ao mesmo tempo orienta todos os estágios do ato de Trabalho (busca dos meios e objetivação). É pertinente também ressaltarmos aqui o fato de que o homem ao se defrontar com as necessidades, as carências, enfim com as dificuldades impostas pelo meio ele passa a responder ativamente àqueles

problemas, transformando o mundo natural. Mas, para responder é necessário que coloque seus carecimentos em forma de perguntas. Entretanto, podemos constatar que este complexo pergunta-resposta apenas pode existir enquanto produto da consciência, que se coloca, desta forma, como princípio transformador do mundo natural. Não obstante, é importante ressaltarmos que a consciência, pelo fato de impulsionar e dirigir o processo de trabalho, não perde seu caráter abstrato mas isso, contudo, não significa que ela não tenha uma existência real ou que não exerça transformações efetivas no real. A consciência humana, ao contrário dos animais, não se desenvolve única e exclusivamente segundo as leis da biologia, assim, superando o caráter puramente epifenomênico do mundo natural se constitui como solo genético da reação peculiar do homem, essencialmente transformadora, frente ao meio ambiente.

Retomemos alguns pontos até aqui analisados para que possamos dar o próximo passo com maior clareza. Vimos que, tendo por base o ser inorgânico o ser orgânico, se desenvolvendo constantemente, evolui até que em determinado momento sob certas circunstâncias surge a possibilidade da gênese do ser social. Porém constatamos que esta passagem se dá através de um salto, após o qual tem origem uma forma de ser qualitativamente diferenciada da forma anterior e com novas legalidades e novas leis de desenvolvimento. Este salto, contudo, apenas foi possível porque o trabalho, em determinado instante do desenvolvimento do mundo natural, se apresentou como momento predominante. Vimos também que a peculiaridade do trabalho humano se dá pelo fato de que ele se constitui em uma continuada realização de posições teleológicas.

Passemos, agora, a observar um pouco mais de perto a relação existente entre teleologia e causalidade. Assim, com base nas discussões desenvolvidas por Georg Lukács

veremos como, no mundo social, estas duas categorias se apresentam não de forma antípoda mas, ao contrário, apenas existem de forma articulada.

2 – Teleologia e Causalidade

A ação teleológica implica um ato de pôr consciente. E a consciência, por meio deste ato, inicia um processo real que implicará uma transformação do meio ambiente no sentido de realizar, no âmbito material, finalidades já previamente existentes na idéia. Podemos, então, verificar que é indiscutível o fato de que o trabalho se constitui de uma ação orientada a um fim. Mas, quando direcionamos nossas vistas para a história da filosofia percebemos que grandes pensadores (Aristóteles e Hegel, por exemplo), que apreendem de forma correta o caráter teleológico do trabalho, estendem a teleologia para todas as esferas do ser. Transformando-a, com isso, em uma categoria “Cosmológica Universal”. Se, como Lukács, tomamos a causalidade como um princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo e que mantém este caráter mesmo quando uma série causal tenha seu ponto de partida num ato de consciência percebemos que no interior destas concepções, que ampliam as ações teleológicas a todas as formas de ser, teleologia e causalidade se encontram em uma relação antinômica e excludente. Desde a Grécia antiga, com Aristóteles, até Kant e Hegel passando pela Idade Média e em alguns aspectos chegando mesmo ao mundo contemporâneo podemos verificar uma constante luta entre concepções que priorizam a teleologia em detrimento da causalidade e concepções que agem exatamente ao contrário. Uma quando concebem teleologicamente a natureza e a história apontam não somente o fato de que não apenas o mundo natural como o mundo social têm um fim e que todo seu desenvolvimento e evolução estão direcionados a este

fim, mas também que o objetivo final, tanto da natureza quanto da história dos homens, e o movimento da totalidade em direção a este fim devem ser colocados por uma consciência. Toda ação teleológica pressupõe uma consciência que estabeleça um fim e por outro lado direcione o processo conscientemente para que se possa alcançar este objetivo. Nestas idéias encontramos um solo fértil para o surgimento de concepções de mundo místicas e religiosas. Por outro lado as concepções que concebem tanto o desenvolvimento natural quanto o social como uma determinação de uma causalidade espontânea vêem um determinismo rígido da história que se apresenta como resultado de leis autônomas, independentes das ações dos homens e por isso, não consideram a consciência e a vontade humanas como um fator real de construção da história.

Lukács propõe, no interior desta discussão, um terceiro termo (*tertium datur*) em oposição a estes dois extremos.

O filósofo húngaro, em sua ontologia, defende a idéia de que a teleologia é uma categoria exclusiva da praxis humana. Em favor desta tese podemos apontar o papel fundamental da consciência dos homens para a consubstanciação das posições teleológicas. Assim, o trabalho não se apresenta apenas como uma forma de aparência da teleologia mas como única categoria no interior da qual as posições teleológicas adquirem realidade efetiva. Percebemos aqui, novamente, que o ato de pôr consciente presente no trabalho humano é um fator de extrema importância para apreendermos de forma lícita a distinção entre o ser natural e o ser social e o processo no qual, este último, separou-se de sua base e tornou-se um ser autônomo. Por outro lado, temos que observar o fato de que os homens ao transformarem a natureza e construírem um mundo cada vez mais socializado não podem em nenhum momento anular de uma vez para sempre a legalidade e as leis de desenvolvimento do mundo natural. Assim, a causalidade enquanto princípio de auto

movimento não pode ser anulada da esfera do ser social. A relação do homem com a natureza é uma condição natural e eterna da vida humana. Esta relação é mediada por uma atividade humana que é antes de qualquer coisa *“um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”*. (Marx, 1988 p.142)

Nesta mediação, regulação, controle, enfim no intercâmbio entre o mundo dos homens e o mundo natural a ação teleológica não faz com que a causalidade desapareça. Ao contrário, quando tomamos a categoria trabalho como a única esfera de atuação de posições teleológicas e quando observamos que o ato de trabalho é antes de tudo uma ação de apropriação da natureza pelo homem, constatamos que teleologia e causalidade têm, no ser social, uma existência concreta, real e mutuamente necessária para a reprodução desta forma do ser. Aletermos aqui que estas duas categorias não se tornam idênticas no mundo dos homens, elas continuam sendo contrapostas mas, o são no interior de um processo real, dialético que em última instância é unitário. Causalidade e teleologia se relacionam de forma interativa. Vejamos um pouco mais de perto esta relação.

Ao agir sobre a Natureza, por meio do trabalho, o homem faz com que surja algo novo que apenas pode vir-a-ser por sua ação. Mas, este novo objeto é constituído de elementos naturais com suas propriedades físicas e químicas que não se alteram após o ato humano. É certo que nenhum desenvolvimento dos processos naturais possibilitará que, de uma árvore derive espontaneamente uma mesa, por exemplo. É imprescindível, aqui, a ação humana (incluindo aí o pensamento e a vontade) para organizar, controlar as propriedades da natureza afim de dar origem a uma nova objetividade. Vemos que no ser-em-si da árvore não há nenhuma possibilidade ou intenção de transformar-se em mesa, cadeira ou qualquer outro objeto. Apenas quando os homens organizam suas qualidades objetivas isto se torna

possível. Porém, mesmo não pertencendo mais ao mundo natural a madeira que está presente em uma mesa continuará com suas propriedades físicas e químicas tal qual uma árvore no interior da mata virgem. Os homens, por meio de atos teleológicos, utilizam as legalidades presentes na natureza e transformam-nas em causalidade posta sem, com isso, modificarem ontologicamente seus fundamentos. Aqui podemos apontar o fato de que os nexos causais presentes no mundo natural ao serem organizados segundo uma finalidade, posta por uma consciência, e inseridos no mundo social não abandonam suas legalidades naturais, não sofrendo nenhuma transformação interna. A única mudança está no fato de que as categorias naturais tornam-se categorias postas pela ação teleológica. Vemos então que:

... por um lado, a posição teleológica 'simplesmente' faz uso da atividade que é própria da natureza; por outro lado, a transformação desta atividade torna-a o contrário de si mesma. Isto significa que esta atividade natural se transforma numa atividade posta, sem que mudem, em termos ontológicos naturais, os seus fundamentos. (Lukacs; 1996,p. 9).

Além do que já dissemos acima percebemos também a inseparável ligação existente entre teleologia e causalidade, no mundo dos homens, pelo fato de que para agir sobre a natureza é imprescindível que os homens busquem a compreensão das leis e determinidades da parcela da natureza que visam se apropriar, e a partir de então têm que descobrir uma melhor forma de transformar o mundo natural para tornar efetivável os fins teleologicamente postos. Esta compreensão do real deve estar presente desde o primeiro ato do trabalho. Assim:

Quando o homem primitivo escolhe uma pedra para usá-la, por exemplo, como machado, deve reconhecer corretamente este nexos entre as propriedades da pedra – que nas mais das vezes são causais – e a possibilidade do seu uso concreto. (Lukacs, 1996,p. 9)

Após estas discussões podemos concluir que sem esta contínua articulação entre a causalidade e a teleologia o ser social jamais poderia existir. Porém, somente no mundo dos homens esta relação de interação, entre as duas categorias, pode vir-a-ser. Assim, constatamos que o mundo natural se encontra sob o domínio da causalidade espontânea enquanto o mundo dos homens se desenvolve pela união e articulação insuperáveis entre causalidade e teleologia.

Agora podemos apontar o fato de que no pensamento ontológico de Lukács não há espaço para concepções que vêm na história um determinismo rígido controlado unicamente por nexos causais independentes da ação dos homens. Também não há lugar na ontologia lukasiana para os exageros subjetivistas que dão ao sujeito humano um poder soberano e às vezes transcendente sobre o desenvolvimento da história.

Acompanhando o pensamento do filósofo húngaro verificamos que na esfera do ser social todas as suas estruturas e categorias são fundadas a partir dos atos individuais de trabalho ou seja, o mundo dos homens, em sua cotidianidade, é constituído e reproduzido por ações teleológicas individuais. No entanto, o movimento da totalidade social em seu conjunto ou seja o desenvolvimento histórico-humano não tem um caráter teleológico, ao contrário é orientado por determinações causais. Nas palavras de Lukacs:

Decisivo aqui é compreender que se está em face de uma duplicidade: numa sociedade tornada realmente social, a maior parte das atividades cujo conjunto põe a totalidade em movimento é certamente de origem teleológica, mas a sua existência real – e não importa se permaneceu isolada ou se foi inserida num contexto – é feita de conexões causais que jamais e em nenhum sentido podem ser de caráter teleológico. (Lukacs, 1978, p. 6)

Este aspecto causal do processo social em sua totalidade, em oposição às ações individuais se dá principalmente pelo fato de que os homens quando agem sobre a natureza, reorganizando suas propriedades segundo uma finalidade, põe em movimento novos nexos e séries causais da realidade e nesta ação os homens de nenhuma forma podem prever ou controlar todas as conseqüências de sua atividade. Ao transformar o mundo natural e produzir um novo objeto, por meio do trabalho, o homem insere esta nova objetividade em uma teia de nexos causais e de relações sociais previamente existentes e, dada a impossibilidade da consciência humana de apreender a infinidade intensiva das propriedades e das relações do real, este novo objeto se desenvolverá no interior desta realidade de forma tal que sua existência causará efeitos não previstos pelos homens e mesmos distintos de suas intenções iniciais. Isto acontece pelo fato de que as séries causais são, por definição, infinitas. Já os atos teleológicos que buscam a realização de um objetivo são, neste sentido, finitos. Além disto podemos constatar a limitação da consciência individual frente as infinitas determinações da realidade.

Podemos, ainda, lançar nossos olhos sobre o âmbito da vida social para apontarmos, mais uma vez, o por que do movimento sócio-genérico ter um caráter causal. No interior da sociedade humana os atos de trabalho, isto é, as realizações de posições

teleológicas de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos sempre interferem, de alguma forma, nas ações de outros indivíduos ou de outros grupos. Desta constante interação surge uma nova realidade que não se conecta diretamente com as intenções iniciais ou com a vontade dos indivíduos. No entanto é importante ressaltarmos que:

A objetividade de tal resultante pode ser denominada *sui generis* no entanto, não é um produto da causalidade espontânea, como ocorre na natureza, mas sim uma síntese de numerosos atos individuais cuja soma se constitui em uma realidade autônoma, que tem um caráter de necessidade (em especial na esfera da economia).
(Tertulian 1987 p.62-63).

Vimos no decorrer destas discussões que a relação entre teleologia e causalidade tem como um de seus fundamentos o fato de que para possibilitar a ação do homem sobre a natureza é necessário que a consciência apreenda os nexos causais realmente existentes. Porém, esta apreensão nunca poderá ser absoluta dada a infinidade intensiva de propriedades, de inter-relações etc. dos processos naturais.

Nosso próximo passo será a análise desta relação entre a consciência e o ser-em-si da realidade. Para então, voltarmos a discutir o aspecto não teleológico do movimento da totalidade social.

Considerando todas as discussões feitas até aqui podemos apontar a categoria trabalho como uma posição teleológica que ao mediar o intercâmbio entre homem e natureza, possibilitando a transformação do mundo natural segundo as finalidades postas, pressupõe necessariamente um determinado conhecimento do ser-em-si da realidade que

pretende transformar. Vamos agora analisar um pouco mais de perto esta constante necessidade do ser social de apreender os nexos e determinações operantes no real.

Começemos observando alguns aspectos internos à categoria trabalho.

Segundo Lukacs, Aristóteles foi o primeiro pensador a distinguir os dois momentos componentes da praxis humana. São eles: o pensar e o produzir. Ainda segundo o filósofo húngaro, Nicolau Hartmann, pensador nascido na Estônia, divide acertadamente o primeiro momento em: posição do fim e busca dos meios. Isto significa que no ato de trabalho primeiro o homem põe um fim, um objetivo a ser alcançado mas, antes de objetivar este momento meramente ideal, trazendo-o à materialidade, se apresenta como primeira necessidade, para o êxito no intercâmbio entre sociedade e natureza, a busca de determinados meios que possibilitarão ao homem transformar a natureza segundo finalidades postas. Porém, a busca dos meios apenas terá êxito ou mesmo, somente se constituirá enquanto tal na medida em que a consciência seja capaz de apreender as propriedades, digamos físico-químicas etc. na natureza, adquirindo, desta forma, conhecimento dos nexos causais realmente existentes no mundo natural. Então, partindo deste conhecimento, os homens reorganizam, controlam etc. as propriedades e os processos naturais buscando alcançar o fim posto. Podemos constatar que a busca dos meios tem uma dupla função. Por um lado ela desvenda os nexos e processos do real, que são independentes da consciência. Por outro lado, é a partir da busca dos meios que os homens descobrem novas conexões, novas organizações, novas funções no interior do mundo natural (que, certamente, apenas aparecerão quando os homens atuarem sobre a natureza). Mas o simples fato de tomar conhecimento destas novas conexões, organizações e funções torna possível a efetivação do fim teleologicamente posto.

Podemos, neste momento, fazer a afirmação mais geral de que para o ser social se efetivar enquanto tal é imprescindível um conhecimento verdadeiro de uma parcela do real. Este conhecimento, porém, apenas pode existir enquanto momento do processo de busca dos meios. Este, por sua vez, se apresenta como um elemento da categoria trabalho.

Já vimos anteriormente que uma das principais características que diferenciam o ser natural do ser social é exatamente a peculiar forma, dos homens, de responder às carências e necessidades impostas pelo meio ambiente. Vimos também que a forma ativa, não mais meramente epifonômica, de resposta exige um certo conhecimento do real, mas este apenas pode surgir no interior do processo de trabalho¹⁰.

Quando observamos um ato de trabalho singular notamos que a finalidade, o objetivo final que se quer alcançar se apresenta como fator que vai direcionar, regular e mesmo dominar todo o processo de busca e utilização dos meios. Porém, se lançarmos nossos olhos para o desenvolvimento sócio global notaremos que são os meios que irão possibilitar o desenvolvimento e a continuidade dos conhecimentos adquiridos no processo de trabalho.

Por isso para o desenvolvimento da sociedade como um todo, os meios se mostram como elementos de maior importância do que a satisfação de finalidades singulares. Assim, podemos verificar que:

¹⁰ É extremamente importante, também, apontarmos aqui o fato de que o processo de busca dos meios é justamente o ponto no qual a categoria trabalho possibilita a gênese e o desenvolvimento do pensamento científico. Uma primeira consequência desta afirmação é a total impossibilidade de tratarmos problemas gnoseológicos sem levarmos em consideração algumas questões ontológicas mais gerais. Esta prática, de sobrepor a gnoseologia à ontologia não considerando esta última nos problemas relativos ao conhecimento e à ciência, gerou no decorrer da história sistemas filosóficos que partiam de questões meramente gnoseológicas e desenvolviam toda uma estrutura de mundo, com suas leis e processos, fundamentando-se simplesmente nas relações entre a subjetividade e a objetividade acentuando a centralidade da primeira, na ação do conhecimento. Seguiam, assim, um caminho inverso, partindo da construção gnoseológica para à ontologia.

Uma vez que a pesquisa da natureza, indispensável ao trabalho, está, antes de mais nada, concentrada na preparação dos meios, são estes o principal instrumento de garantia social de que os resultados dos processos de trabalho permaneçam fixados, que haja uma continuidade na experiência de trabalho e especialmente que haja um desenvolvimento ulterior. (Lukács, 1996,p. 10).

A ação de busca dos meios é constituída de atos cognoscitivos que visam a compreensão real, dos nexos e interações do mundo natural. Contudo, ao adquirir esta compreensão da realidade o homem percebe que as propriedades naturais por ele conhecidas podem ser aplicadas para realizar, também, outras finalidades e não somente aquela inicial que impulsionou o ato cognoscitivo. Se os conhecimentos adquiridos para satisfazer uma finalidade fossem utilizados com êxito para a realização de outras finalidades isto significa que de fato foi efetivada uma abstração que por sua vez já contém em si algumas determinações decisivas que vão se constituir em importantes características do pensamento científico. Vemos então que *“a história mostra exemplos nos quais as aquisições do trabalho, elevadas ao nível maior de abstração (...) podem desenvolver-se e tornar-se fundamento de uma abordagem puramente científica da natureza.”* (Lukács,1996,p.12).

Este tipo de generalização é inerente ao processo de trabalho. Para exemplificarmos esta situação basta falarmos da matemática, da física, e da química. Certamente estas ciências surgiram como partícipes do processo preparatório do trabalho mas com o desenvolvimento e a complexificação da categoria trabalho estes conhecimentos tornaram-se autônomos sem, no entanto, perder suas ligações intrínsecas com o momento

da busca dos meios no interior do processo de trabalho. Assim, percebemos que mesmo quando as ciências chegam a um grau elevadíssimo de abstração elas não se desconectam inteiramente de suas funções originais ou seja de proporcionar uma maior universalização e aperfeiçoamento do trabalho. Isto porém, nem sempre é visível na cotidianidade humana. Hoje grande parte das descobertas feitas no campo da geometria, da astronomia, da física, etc... que parecem não ter nenhuma importância para a vida individual dos homens em seu cotidiano são fundamentais para o processo evolutivo da totalidade social. Isto porque estas descobertas contribuem, de uma forma ou de outra, para o constante aperfeiçoamento do trabalho.

Como já dissemos antes, o homem em sua praxis nunca poderá apreender todos os condicionamentos e determinações do real e tão pouco poderá ele prever todas as conseqüências de sua própria atividade. Constatamos, porém, que este fato se dá não por uma falta de capacidade da consciência de apropriar-se do ser-em-si do real mas substancialmente pela infinidade e inesgotabilidade intensiva das determinações do real. Partindo deste fator observamos (dentre outras coisas que já mencionamos anteriormente) que há sempre um contínuo aperfeiçoamento do trabalho. Isto porque em sua realização os homens adquirem novos conhecimentos, seus resultados são observados e comparados com os resultados de outros atos de trabalho e a partir daí o homem pode vislumbrar novas perspectivas de transformar a natureza segundo as suas necessidades confrontando os resultados e conhecimentos anteriores com as possibilidades futuras. Assim, aumenta constantemente as determinações da realidade que são conhecidas pelos homens. E já que o real se apresenta como uma infinidade de propriedades e de inter-relações, este processo nunca tem fim.

A total impossibilidade do homem de prever e controlar todas as conseqüências de sua ação sobre a natureza (e já observamos anteriormente que isto se dá não por uma falha ou uma mera limitação da consciência humana mas pelo próprio ser em si do real que impossibilita, na relação sujeito-objeto uma apreensão totalizante) somada ao contínuo aperfeiçoamento do trabalho e a tendência intrínseca a esta categoria de operar generalizações dão origem ao que Lukács chamou de “orientações evolutivas” do desenvolvimento econômico-social. Estas se apresentam, antes de tudo, como resultado do movimento causal, portanto, não teológico da totalidade social. Por isso, se desenvolvem independentes das vontades, das intenções e dos fins buscados pelos indivíduos.

Segundo Lukács podemos verificar três orientações ou tendências evolutivas no desenvolvimento humano-genérico ocorrido até os dias de hoje.

I – Nota-se um constante afastamento das barreiras naturais. O mundo humano torna-se cada vez mais social e independente, para o seu desenvolvimento, das determinações naturais. A vida dos homens é crescentemente determinada socialmente ficando cada vez menos submetida aos processos naturais. Porém, mesmo com a constante diminuição do elemento puramente natural na determinação da vida humana não podemos perder de vista o fato de que isto se trata de um constante afastamento e nunca se apresentará como uma superação. O mundo social jamais poderá se desligar completamente de suas bases naturais. O homem para se reproduzir enquanto ser social deve manter uma ininterrupta relação com a natureza e esta apenas pode vir-a-ser, no mundo dos homens, por intermédio do trabalho.

II – Podemos constatar também que desde o primeiro ato de trabalho até os tempos atuais há um movimento constante no sentido da diminuição do tempo e de trabalho socialmente necessário para a reprodução dos homens. Basta lançarmos nossos olhos para o

desenvolvimento da história humana para percebermos claramente esta tendência. Podemos ainda, apontar como fator de suma importância para este processo o fato de que na realização dos atos de trabalho os homens obtêm um maior conhecimento das determinações do real e ao fixar estes conhecimentos em sua consciência ele poderá utilizá-los em outros momentos criando a cada instante meios mais eficazes para a produção dos bens necessários à sua sobrevivência.

III – Observamos, por fim, que há, no desenvolvimento da totalidade humana, um constante movimento no sentido de construir ligações cada vez mais intensas entre seres humanos. A história dos homens se torna sempre mais articulada e portadora de uma consciência crescentemente genérica.

Estas orientações evolutivas são responsáveis pelo desenvolvimento interno do ser social. Já havíamos dito que após o salto ontológico há uma interrupta evolução da nova esfera do ser. As tendências acima citadas contribuíram decisivamente para o processo de humanização do homem. Pela suas ações o homem parte daquele momento primário em que predominavam em sua vida as determinações naturais até chegar ao momento atual no qual se encontra em uma “formação social pura.”

Aqui nos vemos obrigados a relembrar uma afirmação feita anteriormente: o processo de desenvolvimento do gênero humano como um todo não é orientado teleologicamente e segundo Lukács:

O processo em si não tem uma finalidade. Seu desenvolvimento no sentido de níveis superiores, por isso, contém a ativa ação de contradições de tipo cada vez mais elevado, cada vez mais fundamental. O progresso é decerto uma síntese das

atividades humanas, mas não o aperfeiçoamento no sentido de uma teleologia qualquer... (Lukács; 1978, 13)

As três orientações evolutivas que apontamos acima formam uma tendência histórica universal que constitui um processo que parece incessante e que ao mesmo tempo exige uma constante evolução.

Para entendermos este dois aspectos presentes no desenvolvimento histórico universal basta voltarmos novamente nossas atenções à categoria trabalho. Lukács percebeu, que os atos de trabalho sempre remetem para além de si próprios. Os homens ao agirem sobre a natureza transformando-a segundo finalidades postas criam, além de novos objetos, novos conhecimentos e necessidades e ao mesmo tempo novas habilidades e possibilidades, etc. Assim, possuindo necessidades e possibilidades que não tinham anteriormente os homens são impelidos a novos atos de trabalho que venham possibilitar a supressão de suas necessidades. Estes atos, porém, já estão “enriquecidos” com os conhecimentos e habilidades adquiridos anteriormente. Portanto, ao efetuarem estes novos atos de trabalho os homens criam novamente novas situações reais que vão muito além do mero produto do trabalho. Podemos, então, verificar que este movimento nunca tem fim pela própria dinâmica interna do trabalho.

Além de ser ininterrupto este é um movimento constantemente progressivo. Como já vimos o trabalho, necessária e continuamente, remete para além de si mesmo e o homem, por meio deste movimento, a cada ato teleologicamente orientado adquire novos conhecimentos e habilidades que possibilitam contínuas mudanças nos instrumentos e nos processos de trabalho, nas relações entre os homens, no controle social do mundo da natureza, etc. Em certos momentos do desenvolvimento da totalidade social estas mudanças

são a base de transformações qualitativas na estrutura e na dinâmica das sociedades. Apontemos por exemplo, o fato de que significativos avanços das forças produtivas no interior do feudalismo possibilitaram o surgimento do capitalismo que por sua vez se desenvolveu cada vez mais no sentido de superar completamente o modo de produção feudal. Podemos, agora, destacar o seguinte fato: O fundamento ontológico destas transformações, que impulsionaram a totalidade social ao movimento constantemente evolutivo, se encontra na possibilidade que é inerente ao trabalho de produzir mais que o necessário para a reprodução do indivíduo que realiza o processo. O desenvolvimento sócio-genérico em um sentido progressivo se dá pela constante ampliação desta possibilidade. Olhando para as etapas do desenvolvimento histórico-global verificamos que as ascensões à formas superiores do econômico-social se dão na medida em que aumentam as possibilidades de se produzir mais que o necessário para a simples reprodução individual. A condição fundamental para o aumento constante destas possibilidades é o contínuo avanço das forças produtivas que como vimos acima é resultante dos atos de trabalho e do fato de estes últimos sempre se remeterem para além de si mesmos.

Aqui nos deparamos com uma aparente contradição pois verificamos que a tendência histórico-universal se desenvolve como um processo incessante e que requer uma constante evolução. Mas por outro lado, basta olhar para o desenvolvimento da história ocorrida até hoje para constatar o fato de que em certos momentos a totalidade social não se orientou em direção a um movimento progressivo. Surgi-nos, mesmo, a idéia de que em certos momentos há uma involução.

Diante deste problema temos que, antes de tudo, destacar as idéias de que todo processo tem, por um lado, uma continuidade e, por outro, momentos de diferenciação.

Assim, constatamos que a tendência histórico-universal ¹¹ representa uma continuidade que determina o desenvolvimento do processo histórico. E por outro lado percebemos a existência de fases concretas que se apresentam como explicitações desta tendência. Verificamos, então, que neste contexto Lukács constata que as fases concretas se desenvolvem (evoluem ou involuem, são favorecidas ou obstaculizadas) na dependência das possibilidades evolutivas dos complexos totais. Podemos então, perceber que a totalidade social pode, no decorrer da história, descrever um movimento evolutivo enquanto seus complexos particulares descrevem um movimento regressivo. A tendência histórico-universal continua evoluindo mesmo que o desenvolvimento de suas fases concretas em determinados períodos pareça obstaculizado. Isto se dá pelo fato de que em cada fase concreta, mesmo que estas se mostrem como regressivas em relação a fases anteriores, surgem novas possibilidades de evolução do ser social independentemente das formas de explicitações destas possibilidades em cada uma delas.

Aqui podemos verificar que Lukács aponta uma certa dualidade nos desenvolvimentos da vida social, o filósofo húngaro constata a existência de dois pólos na realidade humano-social, que estão em uma constante interação e determinam-se replexivamente. Por um lado verificamos um sistema de relações objetivas que se apresentam como tendências histórico-universais as quais os indivíduos estão inseridos. Estas relações, como já dissemos anteriormente, são resultantes do desenvolvimento social independente, portanto, das intenções, dos fins e das vontades individuais estando, por isso, intimamente ligados ao desenvolvimento da totalidade social. Por outro lado existe também o âmbito da subjetividade, das relações dos indivíduos para com a natureza e para com

¹¹ Lembremos que esta é constituída pelo afastamento das barreiras naturais, pela constante diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário e por uma contínua socialização do mundo dos homens.

outros indivíduos. Neste pólo da realidade social observamos uma enorme quantidade de reações individuais e de complexos sociais que têm sua origem nas ações dos indivíduos mas que apenas podem surgir no interior das relações objetivas a que nos referimos acima, estando por isso, insuperavelmente ligados a estas últimas.

Esta contradição, que caracteriza a vida social, pode ser apontada como uma distinção entre fenômeno e essência.

Na realidade social verificamos que a tendência histórico-universal se apresenta como um complexo de determinações que afirma a continuidade e que existe sob uma relativa estabilidade. Por isso, esta tendência constitui a essência do desenvolvimento humano-social. Já os complexos sociais ou fases concretas, que surgem no decorrer deste processo e que são diversificados, estão em perpétuo movimento, são inesgotáveis em suas variedades e apresentam-se como momentos de diferenciação, representando a forma sob a qual se explicita a tendência histórico-universal, constituem, portanto, o aspecto fenomênico deste processo de desenvolvimento social.

Aqui nos encontramos diante de uma questão bastante interessante. Anteriormente já havíamos apontado o fato de que a tendência histórico-universal se desenvolve independente das intenções e dos fins buscados pelos indivíduos. Agora afirmamos ser esta tendência a essência do processo de desenvolvimento humano-social. Segundo o pensamento tradicional a essência é uma categoria imutável, a-histórica, incorruptível e no contexto do desenvolvimento social pode aparecer como uma força implacável, que determina, como um Deus transcendente, toda a história humana. Lukács, no entanto, se contrapõe radicalmente a tal idéia. O filósofo húngaro, após Marx, postula, em oposição a filosofia tradicional, a radical historicidade do ser. Tudo que existe está disposto na história e se desenvolve no interior desta. Assim, tanto essência quanto o fenômeno por serem

históricos estão sujeitos a transformações. Ambos, portanto, possuem o mesmo estatuto ontológico. E no desenvolvimento da totalidade de qualquer processo estas duas categorias estão em uma constante interação. Ao transformar-se, a essência necessariamente transforma o fenômeno e também as transformações do fenômeno refletem de alguma forma na essência.

A partir do que foi discutido acima constatamos que George Lukács ao colocar a tendência histórico-universal como essência de toda vida social não propõe uma necessidade cega na realidade social, mas ao contrário salienta o fato de que esta essência se consubstancia como um resultado, como uma síntese da atividade dos indivíduos que formam, desta maneira, a “realidade autônoma” portadora de certo caráter de necessidade. Verificamos aqui a interação a qual falamos anteriormente entre essência e fenômeno. Certamente a tendência histórico-universal determina, de alguma forma, as fases concretas e toda atividade subjetiva presente no interior destas. Mas, por outro lado, estas ações individuais também interferem, em alguma medida, no desenvolvimento do afastamento das barreiras naturais, na intensificação da sociabilidade humana e na diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução do homem.

Retomemos alguns pontos discutidos até aqui para que possamos dar mais um passo à frente em nossa discussão.

Vimos que nos atos de trabalho existem dois momentos: o pensar e o produzir. Este último por sua vez se divide em posição do fim e busca dos meios. A partir daqui constatamos que no processo de busca dos meios os homens são impelidos a capturar, em sua consciência, o ser-em-si do real. O desenvolvimento deste processo eleva constantemente a sociabilidade humana a patamares superiores de desenvolvimento. O real, no entanto, possui determinações infinitas que por um lado impossibilita a apreensão

absoluta do seu ser-em-si e por outro é fundamental para um constante aperfeiçoamento do trabalho. Este ininterrupto desenvolvimento do conhecimento e do trabalho como um todo deu origem ao que Lukács denominou de “orientações evolutivas” que em seu conjunto formam uma tendência histórico-universal que tem por base as ações individuais dos homens e dos grupos de homens mas que se desenvolve, em sua totalidade, independente das intenções e dos fins buscados pelos indivíduos.

Passemos agora a analisar um pouco mais de perto a forma pela qual se dá o processo de captura do real pela consciência, pois o conhecimento em-si da realidade se apresenta como momento imprescindível de qualquer pôr teleológico.

Antes de tudo, devemos observar que a apropriação do real se constitui em um ato de consciência que tem a forma de um reflexo.

Verificamos que ao lançar-se ao conhecimento do real visando a realização de uma ação teleológica os homens têm necessariamente que refletir, de forma mais exata possível, as determinações e condicionamentos da realidade considerada. Esta ação é mediada pela consciência. Aqui podemos apontar, mais uma vez, a forma peculiar de resposta do homem ao meio-ambiente. A consciência humana, não sendo mais mero epifenômeno do desenvolvimento biológico, reflete o ser-em-si do real e fundamenta a ação sobre a realidade por meio dos atos de trabalho. No ato do reflexo, mesmo no mais elementar, podemos observar que há uma separação necessária e insuperável entre sujeito e objeto. Este existe independente do sujeito. Assim, não importa se o homem conhece ou não um dado processo do real ele existirá independente deste conhecimento ou de conceitos humanos. O sujeito por outro lado tem a capacidade de apropriar-se espiritualmente, por meio do reflexo, do ser-em-si da realidade e a partir desta apropriação pode transformar, reorganizar o mundo natural no sentido de suprir suas necessidades. Segundo Lukács:

Essa separação tornada consciente entre sujeito e objeto é um produto necessário do processo de trabalho e com isso a base para o modo de existência especificamente humano. Se o sujeito, enquanto separado na consciência do mundo objetivo, não fosse capaz de observar e de reproduzir no seu ser-em-si este último, jamais aquela posição do fim, que é o fundamento do trabalho, mesmo do mais primitivo, poderia realizar-se (Lukács; 1996, p.15).

Lukács aponta, nesta passagem, o fato de que a distinção entre sujeito e objeto que se dá no interior da consciência é resultado do processo de trabalho. Mas percebemos, ainda, que o filósofo húngaro afirma que é imprescindível para o ato de trabalho a capacidade do homem de observar e reproduzir o real. E isto apenas é possível à medida em que a consciência separa o sujeito do mundo objetivo. Assim, se tentarmos dispor estas categorias em uma linearidade cronológica incorreríamos necessariamente em uma contradição: a distinção entre sujeito e objeto e conseqüentemente o reflexo são por um lado, resultados do processo de trabalho mas por outro, tal processo não existiria sem àquelas categorias. Qualquer tentativa de derivar direta e cronologicamente uma da outra cairia em uma discussão estéril caracteristicamente escolástica. O processo de trabalho deve ser tratado como uma totalidade indissolúvel no interior da qual estão presentes categorias como o reflexo, o pôr teleológico, a busca dos meios, a consciência, etc. Todas surgem como um complexo que teve origem no salto ontológico, o qual já tratamos anteriormente, e por isso o aparecimento destas categorias toma a forma de um processo global, cada uma determina reflexivamente a outra. No desenvolvimento do real estas categorias não aparecem dissociadas umas das outras, mas sim em uma perene inter-relação.

Tendo em vista que, embora muito interessante, o desenvolvimento destas questões foge às pretensões de nosso texto terminemos por aqui esta breve digressão e retomemos à análise do reflexo enquanto forma sob a qual se apresenta a relação cognoscitiva do homem para com o real.

No mundo natural, mais especificamente na vida animal, observamos uma relação entre os animais e o ambiente. Já nos referimos, em outro momento, ao fato de que esta relação pode alcançar níveis muito altos de complexidade chegando mesmo a ser mediada por uma consciência. Mas, uma vez que esta relação se restringe a pura e simples reprodução biológica tomando a forma de uma constante produção do mesmo, não há possibilidades de acontecer no mundo natural, nem mesmo nos animais superiores, uma dualidade, um confronto entre sujeito e objeto tal qual acontece no mundo dos homens. Os animais pertencem ao mundo natural e sua reprodução se orienta apenas na direção de buscar uma melhor forma de se adaptar a este. Já no mundo dos homens constatamos a realização, em decorrência do processo de trabalho, do reflexo como um distanciamento, como uma separação do homem para com seu ambiente. Há, como dissemos antes, um confronto entre sujeito e objeto. O homem em sua praxis é impelido a um contínuo conhecimento do ser-em-si do real. Este conhecimento toma a forma de um reflexo.

Este, por sua vez, reproduz as determinações da realidade na consciência. Mas, verificamos, junto com Lukács, que a reprodução se diferencia da realidade reproduzida. Por isso constatamos que no ato do reflexo, no interior do processo do conhecimento o que é reproduzido se consubstância (nas palavras de Lukács) em uma "realidade própria da consciência". Não há, portanto, uma identidade absoluta entre o que se encontra na consciência humana, enquanto reflexo, e as reais propriedades, inter-relações,

determinações da realidade. E mesmo, em sentido ontológico, tal identidade não pode ocorrer pois “não é possível que a reprodução seja da mesma natureza daquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a ela”. Neste sentido podemos constatar que o ser social se apresenta como uma totalidade que possui dois momentos diferenciados e segundo Lukács estes momentos podem até ser considerados como opostos. Esta dualidade é formada pelas seguintes categorias: o ser e a sua reprodução na consciência humana, o reflexo, ou em outros termos o real e o pensado. São dois momentos heterogêneos com um distanciamento insuperável mas que por isso mesmo salientam a especial forma de ser do homem. Sujeito, que reflete o real na consciência, e Objeto, que representa o real a ser refletido, estão em uma constante interação no processo de trabalho.

Constatamos, então, que a realidade reproduzida na consciência representa uma nova forma de objetividade, mas jamais pode apresentar-se como uma nova realidade, que se construiria na consciência humana após o ato de reflexo. Isto porque o que é reproduzido nunca pode ser da mesma “natureza daquilo que se reproduz”. Já o caráter de objetividade presente na realidade refletida na consciência pode ser observado pelo fato de que o conhecimento desta realidade possibilitará um maior êxito do homem na transformação do real. Neste sentido o pensamento se apresenta como categoria responsável objetivamente por transformações na realidade.

No processo global do trabalho as reproduções da realidade efetivadas pela consciência são constante e insuperavelmente determinadas pelas finalidades postas. Assim, é no interior da categoria trabalho que tem origem o reflexo. Mas, o trabalho ao se apresentar como uma resposta ativa às carências humanas concomitantemente produz novas necessidades que devem ser superadas por novos atos de trabalho. Este complexo dinâmico que dá origem a constante produção do novo, que é uma característica fundamental do ser

do homem, e no qual há uma constante interação entre reflexo e objetivação impulsiona a consciência à apreender contínua e necessariamente o novo que surge após a posição das cadeias causais (novos objetos, novas relações, novas situações, etc.). Esta apreensão, como já vimos se dá por meio de reproduções da realidade na consciência. O reflexo, portanto, pela dinâmica do processo de trabalho está a todo instante impelido a efetivar a apropriação do novo presente na realidade por meio da consciência humana. Por este fato verificamos que a reprodução do real se apresenta como uma possibilidade de realização em ato, que se dá somente após a objetivação, da reprodução do ser social em um mesmo nível ou em níveis superiores de desenvolvimento.

Pelo que foi discutido até aqui verificamos que há uma relação real entre o reflexo e a realidade. Embora haja um distanciamento há também uma constante interação. Lukács nos afirma que:

Neste sentido (da relação entre reflexo e realidade), o reflexo tem uma natureza peculiar contraditória: por um lado, ele é o exato oposto de qualquer ser precisamente porque ele é reflexo e não ser; por outro lado e ao mesmo tempo, é o meio através do qual surgem novas objetividades no ser social ... (Lukács, 1996,p.16-grifo nosso)

Verificamos nesta passagem que o filósofo húngaro aponta o reflexo como o não-ser que é responsável pelo surgimento de novas objetividades. Visto assim, parece um antagonismo. Porém, temos que observar que Lukács não tem aqui a idéia de não-ser como de um não-existente. O autor quer, com este termo, salientar a não identidade entre o ser objetivo, real e sua reprodução na consciência que como já vimos nunca pode ser idêntica

ao que é reproduzido. Ao apontar o não-ser do reflexo o autor afirma que na relação deste com o ser objetivo, com o real, há um efetivo distanciamento e portanto uma diferença qualitativa entre pensamento e causalidade. E não é necessário grande conhecimento filosófico para perceber esta real diferenciação. Por isso Lukács afirma que o reflexo é ao mesmo tempo um não-ser (no sentido da real oposição entre o ser e a sua reprodução na consciência) e o fundamento para transformações efetivas na realidade.

Importante também no interior desta discussão é o fato de que o pensador húngaro aponta a consciência humana, que reflete o real, como portadora de um caráter de possibilidade. A consciência ao apropriar-se das determinações da realidade por meio do reflexo possibilita a ação dos homens sobre o mundo objetivo no sentido de transformar ou reorganizar as propriedades da natureza a fim de garantir a sua reprodução enquanto ser social. A consciência se apresenta, então, como princípio transformador do real. Mas podemos constatar, também, que apenas a reprodução do real na consciência não pode, por si só, transformar o mundo natural ou, como vimos anteriormente, fixar os conhecimentos adquiridos no ato do reflexo. Faz-se necessário, para se “completar” o processo de trabalho, o momento da objetivação o qual o homem, orientado pelas finalidades e possuindo o conhecimento do real adquirido pelo reflexo, *“põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida”* (Marx; 1988 pág.142). Assim, a objetivação transforma em ato o que estava apenas em potência no reflexo presente na consciência. Aqui encontramos um novo argumento para afirmarmos a idéia de que Lukács quando aponta o não-ser do reflexo de nenhuma maneira considera esta categoria como não existente. Como o reflexo é uma possibilidade que se atualiza pela objetivação podemos tomá-lo como uma potência não realizada e que por isso ainda não existe no real mas que

está presente apenas no pensamento que é o oposto do ser, da realidade, pelo simples fato de, como já vimos ser reprodução. Portanto, enquanto potência, o reflexo se apresenta como uma possibilidade de ser e por isso como não-ser.

Também constatamos que a passagem do reflexo como não-ser ao ser, da mera potência o ato, se dá por meio de uma alternativa. Aristóteles já havia ressaltado o fato de que toda potência de ser pode ser e também não ser. No caso do reflexo verificamos que o homem ao reproduzir o real em sua consciência fica diante da possibilidade de transformar ou não o mundo natural. Para a possibilidade se converter em ato é necessário, antes de tudo, que o homem escolha a opção de agir sobre a natureza e só então poderá passar à etapa da objetivação.

A escolha entre alternativas é um ato que reflete o comportamento consciente do homem na busca de satisfação das suas necessidades em oposição a simples espontaneidade dos instintos presentes no mundo natural. Esta categoria expressa, mais uma vez, a forma essencialmente ativa a qual os homens respondem à suas carências. Através deste ato de consciência o homem supera o caráter meramente biológico de sua ligação com a natureza. Por exemplo, o homem primitivo ao agir sobre a natureza, tomando a todo momento decisões alternativas, construiu o machado e possibilitou à sua coletividade (digamos sua tribo) a caça de animais ferozes muito mais fortes que os homens. Sem o machado (ou outros instrumentos) seria impossível ao homem matar um animal com dentes e garras afiadas e com uma força equivalente a de dez ou mais homens como o mamute por exemplo.

Aqui podemos verificar que ao criar um instrumento que possibilitou a caça de animais mais ágeis, fortes e velozes, os homens promoveram uma superação de seu vínculo exclusivamente biológico a um determinado tipo de alimentação. Provavelmente se o

machado (ou qualquer outro instrumento que servisse para o mesmo fim) não tivesse sido criado os homens iriam se alimentar unicamente de vegetais dada a sua limitação física que o impediria de caçar leões, mamutes ou outros animais. Os instrumentos porém, somente surgem como resultado do processo de trabalho. Este, no entanto, apenas pode vir-a-ser por uma constante cadeia de decisões feitas pelos homens que transformam a possibilidade do reflexo em objetividade realmente existente e por isso submetida a causalidade do mundo natural.

Neste contexto é importante verificar que no processo de trabalho nos deparamos não com um único ato de decisão, mas com um conjunto de escolhas dispostas em uma cadeia temporal. Assim, cada movimento singular no interior do processo de trabalho até o nascimento do novo objeto deve ser resultado de um ato de escolha. As decisões, porém, serão orientadas segundo a finalidade posta. Podemos também constatar que a alternativa não se encerra com a produção do objeto. Ao criar algo novo o homem “lança” um objeto, que foi resultado da transformação da natureza, em uma cadeia causal, já vimos que a causalidade é uma categoria insuperável do mundo objetivo e que as barreiras naturais apenas retrocedem jamais se extinguem.

Os resultados de uma cadeia causal são apenas parcialmente previsíveis por isso em certos casos o homem ao produzir um objeto, por meio de uma posição teleológica, se vê diante de conseqüências que se opõem à sua finalidade ou que agem no objeto produzido de tal forma que minimiza ou mesmo extingue a sua utilidade, por exemplo a ação da ferrugem.

Desta forma faz-se necessário novas cadeias de alternativas mesmo após terminado o processo de trabalho no sentido de supervisionar, reparar, controlar os produtos do trabalho. A partir desta constatação podemos ainda verificar que com o desenvolvimento

do trabalho e portanto da sociabilidade o mundo constitui-se cada vez mais em um resultado de decisões alternativas.

O homem antes de lançar-se à natureza afim de transformá-la segundo suas necessidades constrói um “projeto” em sua consciência. Neste projeto se encontram a finalidade a ser alcançada, um reflexo do ser-em-si da parcela da natureza a ser transformada e conseqüentemente os meios que serão necessários para a efetivação do objetivo. Porém, este projeto ainda que esteja todo estruturado em reflexos verdadeiros do real se não for executado por um homem ou por um grupo de homens representa apenas uma possibilidade de ser e, portanto, como vimos anteriormente permanece um não-ser. Assim, podemos apontar aqui, o fato de que somente a alternativa poderá efetivar a transformação da possibilidade do projeto em algo realmente existente. Isto porque, ao decidir o homem (ou o grupo) colocará em movimento o “processo da execução material através do trabalho”.

Lukács nos afirma que este fato – de que somente a alternativa de uma pessoa (ou de um grupo), baseada em um reflexo verdadeiro do real, pode efetivar a transformação de potência (projeto) em ato (objeto) – nos indica:

... não somente o limite superior desse tipo de possibilidade de se tornar real, mas também aquele inferior, que estabelece quando e até que ponto o reflexo da realidade, que é orientado pela consciência para efetivação, possa adquirir o caráter de possibilidade neste sentido. (Lukács, 1996, p.21).

O limite superior para que a potência transforme-se em ato aparece, portanto, como a decisão humana de agir ou não e, por outro lado, o limite inferior está ligado a um

reflexo correto do ser-em-si da realidade sem o qual a possibilidade simplesmente não poderia vir-a-ser.

A finalidade à qual se quer alcançar é extremamente importante para as escolhas alternativas no interior do processo de trabalho. Mas, não representa o único motivo da passagem do não-ser da possibilidade ao ser da realidade.

Naturalmente, os momentos intelectuais do projeto de um objetivo de trabalho são importantes, em última análise, na escolha da alternativa; seria, porém, fetichizar a racionalidade econômica ver aí o motor único do salto da possibilidade à realidade no campo do trabalho. Esse tipo de racionalidade é um mito, do mesmo modo que a suposição de que as alternativas que nos descrevemos se realizariam num plano de pura liberdade abstrata. (Lúkács, 1996,p.21-22)

Verificamos, aqui, que todo ato de trabalho sempre apresentará um caráter contraditório. Por um lado sempre será uma decisão entre alternativas. Assim, todo ato social tem origem nas escolhas de um indivíduo (ou de um grupo) acerca de posições teleológicas futuras. Por outro lado, constatamos que as alternativas sempre emergem de situações sociais concretas que em sua totalidade constituem-se independentemente dos indivíduos. Vemos, então, que as alternativas estão insuperavelmente ligadas às necessidades concretas que determinado processo de trabalho visa satisfazer.

Diante disto podemos constatar que se toda a alternativa sempre se constitui em uma escolha concreta de pessoas concretas em processos que visam efetivamente a melhor realização de uma finalidade concreta, então:

... toda alternativa (e toda cadeia de alternativas) no trabalho nunca pode se referir à realidade em geral, mas é uma escolha concreta entre caminhos cuja meta (em última análise a satisfação da necessidade) for produzida não pelo sujeito que decide, mas pelo ser social no qual ele vive e opera. O sujeito só pode tomar como objeto de sua finalidade, de sua alternativa, as possibilidades determinadas sobre o terreno e por este complexo de ser que existe independentemente dele. (Lukács, 1996,p.22)

Já percebemos o fato de que o processo social real, no interior do qual têm origem as necessidades sociais e as possibilidades de sua satisfação por meio do trabalho, determina e delimita o espaço das perguntas e respostas possíveis para a escolha entre alternativas. Porém, é importante verificarmos que as decisões não são orientadas unicamente e com necessidade absoluta pelo processo social real.

Por mais precisa que seja a definição de um campo concreto não se elimina o fato de que no ato da alternativa está presente o momento da decisão, da escolha, e que o “lugar” e o órgão de uma tal decisão seja a consciência humana; e é exatamente esta função ontológica real que retira do estado de epifenômeno em que se encontravam as formas da consciência animal totalmente condicionadas pela biologia. (Lukács, 1996,p. 23)

A consciência surge, novamente, como categoria fundamental para a praxis humana, pois a escolha de alternativas é, como vimos, um ato de consciência. Além disso podemos verificar que a decisão alternativa, em certo sentido, representa o “germe

ontológico” da liberdade humana. Esta discussão, porém, por si só seria motivo de outra monografia.

No processo de trabalho quando os homens passam a escolher uma alternativa dentre muitas possíveis eles têm sempre os olhos voltados para a finalidade que foi previamente idealizada.

Assim, todas as ações que tenham a finalidade de realizar uma posição teleológica assumem uma forma de dever-ser. Isto quer dizer que entre a idéia prévia, presente na consciência, de uma finalidade e a real efetivação desta última se interpõe uma extensa cadeia de alternativas as quais serão escolhidas na medida em que favoreçam a realização do fim posto. Cada ato, neste processo, será analisado pelos homens sob a perspectiva de se e como poderá ser útil para a objetivação da finalidade presente na consciência. Aqui, quando o homem põe uma finalidade e orienta suas ações segundo a melhor realização do fim posto verificamos, que o presente é de certa forma guiado pelo futuro. O fim a ser alcançado posteriormente “determina” as ações dos homens. Já na processualidade natural, regida pelo princípio causal, se dá exatamente o oposto. É o passado que determina o presente.

Nos atos de trabalho todas as decisões tomadas pelos homens pressupõem sempre um certo conhecimento das relações causais do real. A partir deste conhecimento o ser social pode escolher, pôr em movimento, reorganizar, abandonar, etc. determinadas cadeias causais na medida em que favoreçam a realização do fim. Podemos perceber, aqui, que mesmo que tenhamos um real conhecimento dos nexos causais nossas decisões apenas podem ser avaliadas como corretas ou incorretas se de fato nos conduzirem a efetivação da finalidade previamente posta em nossa consciência. *“O reflexo correto da realidade é a condição inevitável para que um dever-ser funcione de maneira correta; no entanto, esse*

reflexo correto só se torna efetivo quando conduz realmente à realização daquilo que deve-ser". (Lukács, 1996,p.37)

A partir de tudo o que foi dito acima podemos afirmar que as ações humanas que têm seu fundamento no dever-ser apenas são possíveis pelo fato de que conduzem o homem a produção de valores. No próximo capítulo analisaremos como os valores têm seu fundamento nos atos de trabalho, e porque isto implicará em uma concepção de que valor tem um caráter objetivo-subjetivo. Destacaremos o valor econômico em nosso texto, mas isso não anula o fato de que os valores mais elevados (Éticos, Estéticos,etc.) também têm sua origem na práxis.

CAPITULO III

TRABALHO E VALOR

Diante do que já discutimos devemos destacar, neste momento, que as ações humanas que tem seu fundamento no dever-ser apenas são possíveis pelo fato de que estas ações conduzem o homem à produção de valores. É exatamente o valor de um objeto que impõe ao homem que trabalha o dever-ser de sua realização como fundamento da praxis. Assim, podemos constatar que dever-ser e valor são duas categorias intimamente correlacionadas. O valor determina a finalidade a que se quer alcançar e é ainda o meio com o qual serão avaliadas as coisas produzidas pelos homens. Já o dever-ser regula e orienta o processo de produção destas coisas. Cada ação dentro do processo produtivo será conectada com as possibilidades ou não que abre para a obtenção do fim previamente estabelecido.

Aqui cabe-nos perguntar junto com Lukács, se a definição do valor de um produto é objetiva ou subjetiva ou ainda se tem um caráter objetivo-subjetivo. Antes de tentarmos esclarecer esta questão é importante ressaltarmos que quando falamos de valor estamos tratando do valor econômico e mais especificamente da forma mais elementar de apresentar-se deste valor, ou seja, o valor de uso, pois acreditamos que a partir desta análise genética podemos lançar as bases para a análise das formas superiores do valor.

O valor de uso é, antes de tudo, algo útil à vida humana. Apresenta-se como um produto que satisfaz alguma necessidade do ser-social. Além disso, percebemos que os valores de uso são resultantes da atividade própria do homem, ou seja, tais valores nascem da relação interativa entre homem-natureza no interior da qual o ser-social transforma o

mundo natural segundo suas carências e necessidades por meio do trabalho. Assim, Lukács nos afirma:

Disto se segue que podemos considerar o valor de uso como uma forma objetiva de objetividade social. Sua socialidade está fundada no trabalho: a imensa maioria dos valores de uso surge a partir do trabalho, mediante a transformação dos objetos das circunstâncias, do modo de agir, etc. naturais e este processo, enquanto afastamento das barreiras naturais, com o desenvolvimento do trabalho, com a sua socialização, se amplia sempre mais, tanto em extensão como em profundidade. (Lukács, 1996:42)

Com isso podemos dar o primeiro passo para a resolução da questão colocada acima acerca da determinação subjetiva ou objetiva do valor. O valor dos objetos passa necessariamente pelo processo de trabalho. Assim, um dos princípios fundamentais para a determinação do valor é o de ser produto do trabalho humano.

Por outro lado podemos também constatar que não basta, ao objeto, ser resultado do trabalho tem, acima de tudo, que possuir certa utilidade para o ser-social. É, portanto, a utilidade do objeto que irá lhe conferir seu caráter de valor. Neste contexto podemos verificar que o valor de uso é um produto social pois apenas pode vir-a-ser por meio da atividade própria do ser social, o trabalho. Verificamos também que é algo objetivo. Isto por dois motivos. Primeiro, pelo fato de estar intrinsecamente relacionado com a utilidade do produto. E, segundo, por ser uma reorganização dos elementos objetivos da natureza. Desta forma, junto com Lukács, constatamos que:

... o valor de uso não é um simples resultado de atos subjetivos, valorativos, mas, ao contrário, estes se limitam a tornar consciente a utilidade objetiva do valor de uso; é a natureza objetiva do valor de uso que demonstra a correção ou incorreção deles e não o contrário. (Lukács, 1996,p.42)

É importante, também, apontarmos aqui o fato de que o caráter de valor não está apenas relacionado à realização de uma posição teleológica mas, sobretudo à correção ou não desta posição. A simples adequação de um produto a uma posição teleológica pode não representar valor se esta posição não satisfizer realmente alguma necessidade. No fim do processo o produto pode ser medido e avaliado a partir da posição teleológica mas esta posição apenas poderá ter sua existência objetiva demonstrada como válida e comprovada pela sua relação com a satisfação da necessidade. Assim :

(...) não se pode afirmar que as valorações enquanto posições singulares, constituam por si mesmas o valor. Ao contrário. O valor que aparece no processo e que confere a este uma objetividade social é que fornece o critério para estabelecer se as alternativas presentes na posição teleológica e na sua atuação eram adequadas a ele, isto é, se eram corretas, válidas. (Lukács, 1996,p.45).

Portanto, constatamos que somente após a objetivação de um determinado produto é que poderemos avaliá-lo como sendo algo de valor. A objetividade de valor dos produtos do trabalho é observada apenas segundo a sua relação de “se...então” com a satisfação de uma necessidade. Se satisfaz uma necessidade, então tem valor. Mais adiante voltaremos a tratar desta questão.

Vimos anteriormente que a passagem do mundo natural ao ser-social é marcada por uma diferenciada forma de reação às carências e necessidades impostas pelo meio. O ser biológico em sua generalidade responde de forma passiva. Há, aqui, apenas uma constante adaptação ao ambiente que conduz, em última instância a uma ininterrupta reprodução do mesmo. Com o ser-social, vimos, as coisas se dão de forma diferente. Ele transforma o real pelo trabalho e ao atuar sobre a causalidade produz objetos úteis que satisfazem determinadas necessidades.

Do que foi discutido acima podemos inferir que; com o próprio trabalho surge já o valor. Este, portanto, é a expressão de algo útil ao ser humano pelo fato de que conduz à satisfação de uma necessidade. Podemos verificar que neste momento o valor de uso se objetiva como a forma mais elementar, inicial, de apresentar-se do valor. Esta categoria se apresenta neste contexto como algo que tem utilidade para o homem e que é, ao mesmo tempo, produto do trabalho humano. O valor de uso sendo o produto direto e necessário do ato de trabalho é neste sentido, a objetivação da relação interativa entre natureza e ser social. Por isso o valor de uso, na essência, é uma categoria social que não está sujeita a nenhuma alteração histórica, é e sempre será alguma coisa útil produzida pelo homem. Mas, *“as suas formas concretas de aparecer até mesmo no interior da mesma formação social mudam continuamente”*. (Lukács,1996:42)

Devemos, agora, apontar a íntima relação entre o processo de trabalho e a formação de valores.

Segundo Lukács os atos de trabalho sempre remetem para além de si próprios. Em suas palavras: *“os atos do trabalho, necessária e continuamente, remetem para além de si mesmos”* (Lukács; 1990,01). Isto significa que na transformação da natureza (através de

uma idéia previamente elaborada na consciência) os homens estão constantemente fazendo surgir coisas novas; novos conhecimentos, novas relações, novas necessidades, novas possibilidades, etc. Este novo que é desencadeado pelo processo de trabalho vai muito além do processo em-si. Assim, ao se reproduzir, o ser social imprime necessariamente transformações internas e externas ao sujeito. Ou seja, o homem, pela sua ação, modifica o mundo que o cerca e ao mesmo tempo a sua própria subjetividade.

Estas transformações ocorrem de forma contínua e ininterrupta e exibem em sua totalidade um caráter progressivo, ou seja, sempre estão orientadas para a intensificação e elevação a níveis superiores, mais complexos, da sociabilidade humana. O pensador húngaro nos traz a idéia de que o fundamento ontológico destas transformações perpétuas é justamente o fato de que o trabalho, já em sua forma primitiva, detém *“a possibilidade (dynamis) de produzir mais de que o necessário para a simples reprodução daquele que realiza o processo de trabalho”* (Lukács;1990,2).

Em determinado estágio do desenvolvimento do trabalho podemos constatar uma passagem da possibilidade à efetividade em relação a esta produção de excedente. Em consequência disto, verificamos que a divisão do trabalho, que originalmente era baseado apenas nas diferenças biológicas entre as pessoas de determinados grupos humanos, passa, cada vez mais, a expressar um caráter meramente social. Assim:

O recuo da barreira natural como consequência do ser social se fazer cada vez mais nítida e puramente social se revela, antes de tudo, no fato de que este princípio de diferenciação, originalmente biológico, assume em si momentos de sociabilidade cada vez mais numerosos, que terminam por conquistar um papel de primeiro plano na divisão do

trabalho, rebaixando a fatos secundários os momentos biológicos.

(Lukács;1990,5).

Verificamos, aqui, que com o desenvolvimento do trabalho e com a produção de valores de uso em quantidade maior do que o necessário para a reprodução de quem trabalha surge uma divisão social do trabalho que supera a divisão fundamentada nas diferenciações biológicas.

Observamos ainda que a divisão social do trabalho se orienta no sentido de um desenvolvimento cada vez mais acentuado que, pela sua própria dinâmica, eleva o ser social continuamente a categorias cada vez mais puramente sociais.

Dentro deste processo podemos constatar que o desenvolvimento da divisão do trabalho conduz à troca de mercadorias.

Com a intensificação desta divisão e ao mesmo tempo da sociabilização os homens se deparam com uma real atualização das possibilidades existentes no próprio trabalho de produzir coisas úteis em quantidade maior que o necessário para a reprodução de quem o executa e, ao mesmo tempo, percebemos que as pessoas passam a ter necessidades de bens que não podem suprir com seu próprio trabalho. O homem, assim, produz objetos úteis que vão além de seu autoconsumo e ao mesmo tempo necessita de outros objetos que não produz. Dá-se, então, as relações de troca. E com elas entram, também, em ação *novas relações econômicas de valor*.

Neste momento podemos apontar um salto qualitativo no desenvolvimento da categoria valor. Ela começa agora a apresentar-se de uma forma mais complexa e elevada em relação àquela que existia na atividade simples, produtora de valores de uso. O valor de uso aparecerá, agora, como uma parte de um complexo que passa, então, a constituir o

valor. Assim, verificamos que todos os objetos continuam a representar coisas úteis que satisfazem certas necessidades. Mas agora, ao serem inseridos nas relações de troca surgem, também, como portadores do valor de troca. Neste momento podemos perceber que, se nas formas originais do trabalho os homens apenas consideravam o nascimento do produto, que tinha seu valor fixado na sua própria utilidade, agora no interior das relações de troca o tempo de trabalho apresenta-se como um fator objetivo da produção, pois se torna o fundamento econômico da grandeza concreta do valor de troca. Mas, ressaltamos que para que o tempo de trabalho socialmente necessário pudesse assumir clara e efetivamente esta posição, a troca e a produção de mercadorias tiveram que alcançar certos níveis de desenvolvimento. Neste sentido Lukács nos afirma que:

Nos primeiríssimos estágios do trabalho a coisa principal era o nascimento do produto: o tempo necessário para obtê-lo era assunto de importância secundária. (...) Somente a um determinado nível do processo de produção e troca surge o tempo de trabalho socialmente necessário como verdadeira categoria social. (Lukács;1990,10/11).

Podemos, aqui, indicar o fato de que valor de uso e o valor de troca constituem dois complexos que formam, agora, o complexo do valor econômico em sua totalidade.

Com a gênese e o desenvolvimento deste complexo de problemas as relações econômicas se tornam cada vez mais reguladas pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

Nos primeiros estágios da troca verificamos que as coisas se davam da seguinte forma: os objetos eram produzidos segundo a sua utilidade e a satisfação das necessidades

do produtor. Mas, como a divisão social do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas já haviam alcançado um certo estágio de desenvolvimento, ocorria também uma produção de excedentes que eram introduzidos em relações de troca. Porém, pela constante intensificação destas relações e da divisão social do trabalho os homens passam a produzir valores de uso para outros, valores de uso social. Aqui tem início a produção de mercadorias propriamente dita, ou seja, a produção em que a troca já é considerada no próprio ato produtivo. Assim, de acordo com Marx podemos constatar que:

Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. E não só para outros simplesmente. (...) Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca (Marx;1988,49).

A partir do que foi dito podemos constatar que já na Antigüidade existe um certo processo de realização e circulação de mercadorias. Mas, é importante ressaltar que somente nas relações capitalistas teremos a produção de mercadorias como fator predominante do processo produtivo determinando a vida social dos homens em toda sua extensão. Assim, somente com as relações de capital o valor de troca se apresenta como elemento principal da produção. Portanto, antes da formação social capitalista a grande maioria das coisas eram produzidas em relação direta com a utilidade e por isso com o autoconsumo. Os objetos produzidos, de forma geral, não eram necessariamente uma

mercadoria, mas sim algo útil simplesmente. E por isso seriam responsáveis pela satisfação de determinadas necessidades. Com relação a estas questões Marx vem nos afirmar que:

Produção de mercadorias e circulação de mercadorias podem ocorrer embora a grande massa de produtos, orientada ao autoconsumo, não se transforma em mercadoria e portanto o processo de produção social ainda esteja muito longe de estar dominado em toda sua extensão e profundidade pelo valor de troca. (Marx, 1988,p.136)

As necessidades dos homens eram efetivamente consideradas, mas com o desenvolvimento dialético das relações de capital verifica-se uma universalização da forma mercadoria dos produtos do trabalho. Há portanto, no capitalismo, uma identidade entre produto do trabalho e mercadoria.

Com o surgimento das relações de capital na Europa, ainda no interior do Feudalismo, e seu posterior desenvolvimento para as relações efetivamente capitalistas a problemática do valor também se apresentará de forma nova, mais complexa. Passemos, agora a examinar os novos determinantes do valor econômico.

Já observamos anteriormente que na sociedade capitalista o produto do trabalho já nasce como mercadoria. Esta é levada ao mercado e apenas por meio da troca pode participar do sistema de realização das necessidades. Neste contexto os homens se relacionam como produtores privados de mercadorias que trocam seus produtos uns pelos outros. Desta forma verificamos que *“quando os produtos dos trabalhos privados, autônomos e independentes entre si se confrontam como mercadorias, o trabalho assume uma qualidade social nova: é trabalho abstrato”*. (Teixeira, 1985,p.70)

Nas relações de troca há uma igualação das mercadorias. Uma quantidade de mercadoria X é igual a uma quantidade de mercadoria Y. Mas, sem nos esforçarmos, podemos observar que as duas mercadorias representam coisas essencialmente diferentes. Há, desta maneira, uma abstração do valor de uso da mercadoria, ou seja, de sua utilidade. Contudo, a atividade que produz tais valores (trabalho concreto) também será abstraída. Com isso, ao se “lançarem” à troca os homens equiparam seus trabalhos sem considerar as diferenciações qualitativas de cada um deles, reduzindo a atividade transformadora da natureza, própria dos homens, à trabalho humano indiferenciado. Desta forma, ao trocarem suas mercadorias consideram apenas as diferenças quantitativas de seus trabalhos não considerando as diferenciações qualitativas. O trabalho indiferenciado, sem consideração pela utilidade ou valor de uso e que se apresenta sob a forma de igualação dos diversos trabalhos privados, é trabalho abstrato.

O processo de trabalho se constitui de um dispêndio de energia humana, no sentido fisiológico, segundo uma forma específica no sentido de produzir objetos úteis aos homens. Nas relações de capital, dentro das quais toda produção é voltada para o mercado, o que importa exclusivamente é produzir valores de uso na medida em que sejam portadores de valores de troca. Assim, com o processo produtivo orientado unicamente para o mercado, para troca, o principal fator a ser considerado na produção é o dispêndio da força de trabalho do homem no sentido fisiológico. Na produção dominada pelo capital o trabalho abstrato se apresenta como categoria central da produção, pois é, agora, o componente formador do valor mercadoria (Warenwerte). Assim podemos afirmar junto com Teixeira (1995:76) que: “(...) *quando a troca é a forma dominante do trabalho social e a produção é produção especialmente para troca, já no próprio processo de produção o trabalho possui o caráter de trabalho abstrato*”.

Constatamos aqui que com a gênese e desenvolvimento do trabalho abstrato emerge uma forma mais complexa do valor econômico. No capital, como vimos, a produção de valores se dá por meio do trabalho abstrato. A quantificação (que somente realizar-se-á na circulação) deste tipo específico de atividade é o elemento constitutivo do valor de troca.

Marx se refere da seguinte maneira aos objetos produzidos sob a égide do Capital:

Não resta deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é do dispêndio de força de trabalho humano sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores – valores mercantis. (Marx;1988,47).

Verificamos que com a gênese das relações dominadas pelo capital o desenvolvimento da categoria valor é marcado por um salto qualitativo. Neste momento surgem na produção de valores elementos novos como valor-mercantil (Warenwerte) e trabalho abstrato que juntamente com o valor de uso e valor de troca constituirão os fundamentos da formação social capitalista. Um fato importante a ser destacado é que, como em qualquer desenvolvimento dialético, há no desenvolvimento da categoria valor momentos de diferenciação e de continuidade. A utilidade do produto, ou seja, seu valor de uso mesmo na sociedade capitalista deve ser considerado pois apenas objetos úteis podem ser levados ao mercado. O valor de troca, por seu turno, embora represente, dentro do capital, a quantificação do trabalho humano abstrato e portanto, o valor da mercadoria tem seu fundamento último no tempo de trabalho socialmente necessário pois a própria

quantidade de trabalho, que é a substância constituidora de valor, é medida pelo seu tempo de duração. Assim, verificamos que o desenvolvimento da categoria valor também é marcado pelo movimento de superação/conservação (*Aufhebung*) que caracteriza todos os processos sociais.

Podemos, ainda, constatar que as relações econômicas de valor no interior da sociedade capitalista são completamente dominadas pelos valores mercantis e pelas relações de troca das mercadorias. Isto se dá em níveis tão acentuados que os homens perdem de vista o fato de que a totalidade das relações sociais são relações entre homens e não entre coisas. Para o homem, dentro da sociabilidade capitalista, todas as características sociais do trabalho aparecem como características do produto do trabalho. Assim, o que é humano se apresenta para os homens como algo próprio dos objetos:

A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio de sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho. (Marx, 1988, p. 71)

1 – Objetividade, subjetividade e valor

Quando olhamos para o problema da objetividade do valor podemos considerar que esta objetividade está fixada no caráter de utilidade dos objetos e na utilização da natureza

objetiva. Ao transformar o mundo natural o homem tem por finalidade produzir coisas que servirão para satisfazer suas necessidades, de algum modo. Neste sentido os objetos podem ser identificados como sendo úteis ou não. Por outro lado sabemos que a utilidade tem um caráter teleológico, ou seja, é algo útil para certos fins e sabemos ainda que os objetos úteis antes de existirem concretamente existiam sob a forma de um *telos* presente na consciência humana.

A correção da posição teleológica, neste sentido, será afirmada ou não conforme o resultado final. Se o produto do trabalho servir corretamente e da forma mais adequada possível à satisfação de uma necessidade então a posição teleológica pode ser considerada correta e o valor foi, portanto, realizado concretamente.

Se observarmos a gênese ontológica do valor verificaremos que existem duas concepções básicas que variam em suas especificidades conforme a época e o pensador, mas que em suas estruturas fundamentais estiveram presentes em grande parte do pensamento ocidental.

De um lado existiu (e existe até hoje) a concepção de que o valor dos objetos estava contido nas próprias coisas. Sendo, portanto, objetivo.

De outro lado percebia-se o valor como sendo formado a partir das preferências individuais dos homens ou por meio de convenções. Sendo, assim, o valor algo subjetivo.

Cada uma destas idéias que concebem o valor desta ou daquela maneira têm como base estruturante as respostas que os homens encontravam em cada momento histórico acerca da relação entre sujeito e objeto, espírito e matéria.

Ao tentar responder estas questões os pensadores, cada qual em sua época, formulavam um conjunto de concepções sobre a relação entre subjetividade-objetividade

que ora colocava a centralidade, no que tange à ação dos homens e ao conhecimento, em um pólo ora em outro. E esta atitude se refletia sobre todos os complexos sociais.

Assim, podemos apontar o fato de que a depender da concepção predominante em cada momento histórico acerca da relação entre sujeito e objeto à problemática do valor das coisas também se guiará no sentido de dar ênfase ao processo de valoração fundamentado na subjetividade ou ao contrário exclusivamente na coisa em si, afirmando que esta possui um valor intrínseco.

Para apreendermos de forma mais ampla e aprofundada a questão dos processos valorativos analisaremos o desenvolvimento destes processos no decorrer da história. Nesta análise ressaltaremos a íntima relação existente entre a valoração dos objetos e as concepções que os homens construíram acerca da realidade em cada momento do desenvolvimento sócio-humano.

Na concepção de mundo grega e medieval, resguardadas suas diferenças óbvias, o real apresentava-se sob a forma de uma ordem cósmica rigidamente hierarquizada e estática, ou seja, não havia espaço para o movimento ou transformações estruturais.

Na Grécia Antiga este pensamento chega a seu ápice com Aristóteles que desenvolve uma idéia de cosmos em que a teleologia é posta como categoria universal. Assim, o mundo, para os gregos, possuía uma ordem imanente em que os homens não poderiam intervir. A posição do homem era bem definida neste contexto. Entre o mundo e o homem existia uma distância insuperável. Desta forma os homens deveriam, antes de tudo, moldar suas vidas segundo a realidade dada, ou seja, o homem deveria adaptar-se a estrutura do mundo tendo em vista que não podia alterá-la.

Verificamos, então, que os homens deveriam ter uma atitude passiva frente ao real. Já o processo do conhecimento apresentaria, neste contexto, um caráter essencialmente

contemplativo, pois a verdade encontrava-se na estrutura rígida do ser. Bastava, então, clarificar esta verdade existente a priori.

Tanto no que diz respeito à ação humana quanto ao conhecimento a centralidade estava posta na objetividade.

O mundo medieval apresentou uma concepção de mundo semelhante à desenvolvida no mundo grego. O universo aristotélico-ptolomaico serviu como modelo para os pensadores do medievo. No entanto, a garantia da teleologia como categoria universal era dada, agora, pela existência de uma consciência transcendente que regia o mundo real.

Em linhas gerais a realidade apresentava-se, ainda, como sendo imutável, hierarquizada e ordenada por finalidades não postas pelos homens. Assim, ao homem não caberia transformar o mundo natural e nem o social. Deveria, portanto, continuar com uma atitude passiva frente ao real. No que diz respeito ao processo do conhecimento o homem deveria continuar agindo apenas de forma contemplativa. No mundo medieval o caráter contemplativo do conhecimento apresenta-se como um elemento fundamental para a vida humana, pois o processo do conhecimento seria um desvelamento da essência das coisas e esta essência representaria a “idéia da coisa” tal como ela existia na consciência criadora. Assim, o conhecimento dos objetos do mundo seria uma forma de conhecer, participar (de forma mínima e fragmentada é verdade) da realidade suprema, Deus.

Tudo que existe, para o pensamento medieval, tem sua existência derivada da idéia presente na consciência de Deus. Todas as coisas são, portanto, a consciência divina efetivada nos objetos. Santo Agostinho nas Confissões tratando da presença de Deus nos seres em geral diz:

Será, talvez, pelo fato de nada do que existe poder existir sem Vós, que todas as coisas Vos contêm? (...) Vós, porém, que tudo encheis, não ocupais todas as coisas com toda vossa grandeza? E, já que não podem conter-vos todas as criaturas, encerram elas parte de Vós e contêm simultaneamente a mesma parte? Ou cada parte contém a sua, as maiores, as partes maiores, as menores, as partes menores? Há então uma parte maior e outra menor de Vós – ou estais inteiro em toda a parte e nenhuma coisa Vos contém totalmente? (Agostinho, 1996:39)

O real é, na concepção do medievo, expressão da vontade divina. Desta forma observamos que a separação e distanciamento radical do homem para com o mundo continuam, tal como no pensamento grego. Conhecimento e ação humanos deveriam estar submetidos a uma realidade dada a priori e imutável. A objetividade aparece novamente como categoria predominante e que determina de forma unilateral o conhecer e o agir humanos.

Aqui verificamos que tanto na sociedade grega quanto na sociedade medieval a concepção de mundo está fundada em uma teleologia de caráter universal, ou seja, a realidade tem um *telos* dado a-priori.

Se a realidade como um todo é produto de uma posição teleológica todas as coisas têm, portanto, um valor intrínseco. Os objetos naturais e sociais têm uma finalidade específica em si mesmos e por isso têm uma utilidade para determinados fins concretos e, portanto, possuem determinado valor. Todas as coisas são reduzidas ao fato de serem obras de uma consciência criadora do mundo, pois uma posição teleológica apenas pode vir-a-ser se for efetuada por uma consciência.

Neste momento a valoração dos objetos surge fundada em uma concepção transcendente-teológica. Desta forma o valor apresenta-se com um caráter de imanência às coisas, ou seja, as coisas em si detêm valor independente da ação dos homens. “*A objetividade das coisas é fundada em termos cósmicos-teológicos e com ela e através dela são fundados os valores*” (Lukács, 1996:43)

Constatamos, então, que até a Idade Média os homens sempre encontraram uma resposta objetivista para a questão da valoração das coisas.

Na transição do mundo medieval ao mundo moderno observamos que o mundo passa por transformações no que tange ao desenvolvimento das forças produtivas que desencadearão mudanças em todas as esferas da vida humana inclusive na concepção de mundo e na relação entre o homem e a objetividade.

Não nos cabe aqui descrever detalhadamente este processo de passagem. Basta-nos entender que transformações radicais na base econômica no interior do mundo medieval colocaram novos problemas e novas necessidades aos homens que a concepção de mundo do feudalismo já não conseguia resolver e, portanto, representava, naquele momento, um entrave para o desenvolvimento sócio-genérico.

À concepção de mundo medieval os homens começaram a contrapor uma nova visão de cosmos e de homem. O renascimento levantou a bandeira do humanismo, individualismo, etc. E a Revolução científica, no séc. XVII estruturou uma nova forma de relação com a natureza, fundada no racionalismo, que teve conseqüências importantes para a visão dos homens do universo e de sua posição neste universo.

Ao mundo fechado, rigidamente hierarquizado e imutável da época medieval opôs-se um universo infinito, portanto sem ordem hierárquica e em constante movimento. Concomitantemente o homem estava sendo considerado como um elemento ativo no

processo do conhecimento e na construção da objetividade social e não mais somente como ser passivo e contemplativo.

No mundo moderno a realidade natural ainda apresentava-se como algo exterior ao homem. Mas, em virtude das novas necessidades econômicas surgidas neste período os homens teriam necessariamente que se “apropriar” da natureza de forma mais eficaz. Neste sentido o conhecimento deveria apresentar um caráter primordialmente prático. E conseqüentemente os homens, partindo deste conhecimento, deveriam intervir e transformar o mundo natural. Mas, diante disto, o conhecimento não poderia buscar as essências das coisas, pois estas não poderiam ser transformadas e/ou reorganizadas para a satisfação das necessidades humanas. O conhecimento deveria voltar-se, portanto, para “*à apreensão daquelas qualidades que pudessem ser submetidas à mensuração e à quantificação. Deste modo, o próprio conceito de realidade se modificou, passando a definir-se ao nível da empiricidade*” (Tonet,2001:29).

No que diz respeito ao mundo social os homens, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, o percebiam como sendo em grande parte consubstanciado pelos atos humanos.

Porém, há aqui uma questão fulcral a ser observada.

O pensamento moderno, de forma geral, mas não homogênea, desenvolveu a concepção de que o homem tinha a sua existência enraizada na própria natureza. Por isso os homens possuíam uma *natureza humana* que em última instância colocava certos limites à sua ação no mundo que não poderiam ser ultrapassados. Esta natureza humana, tendo o mesmo estatuto do mundo natural, não podia ser modificada. Era dada de uma vez para sempre.

Sendo a economia a expressão desta natureza ela também apresentava, no mundo moderno, um caráter de “naturalidade natural”.

Por isso podemos afirmar que as ações humanas que serviriam de base para a constituição do mundo social estariam limitadas apenas ao âmbito da subjetividade (política, direito, educação, etc.). Os homens, portanto, não poderiam agir sobre a esfera estruturante do mundo social – a economia. Isto por que sendo a economia a expressão da natureza humana era dada a priori. Assim, as mudanças não poderiam ser resultado da atividade intencional dos homens. Desta forma,

considerada a importância decisiva da política e do direito na instauração da sociedade, estas duas atividades passam a constituir cada vez mais o lugar a partir do qual é compreendida toda a realidade social. Em especial a política passa a ser vista não só como princípio de inteligibilidade da realidade social, mas ainda como pólo regente de toda atividade social. (Tonet,2001:29)

Por outro lado, com as transformações decisivas pelas quais passava o pensamento científico, evidenciando um mundo em constante movimento e negando as verdades medievais, os homens passaram a questionar intensamente as reais possibilidades do conhecimento. Há desta forma um forte movimento em direção ao ceticismo e ao relativismo. Para exemplificar basta-nos citar o pensamento de Michel de Montaigne que renuncia a qualquer certeza, pois acredita que ela é intangível e proclamava que o homem não pode conhecer nada com segurança, nem o mundo, nem a si mesmo.

Aqui constatamos que os homens caem no ceticismo pelo fato de que perderam o chão seguro do fundamento objetivo absoluto para a verdade.

Mas, o pensamento moderno perdendo o fundamento seguro para o conhecimento que estava presente no mundo objetivo irá busca-lo na subjetividade. O decisivo campo de batalha entre a certeza e a incerteza não seria mais o mundo, mas sim o próprio eu.

O filósofo francês René Descartes expressa bem, em seu pensamento, esta passagem da centralidade da objetividade para a subjetividade.

Este pensador afirma, antes de tudo, que todas as verdades referentes ao mundo real são instáveis e obscuras e, portanto, incertas. Mas, existem idéias claras e distintas que independem da experiência dos sentidos. Estas idéias, que se apresentam ao espírito com grande nitidez e estabilidade são, segundo Descartes, inatas. São próprias do sujeito e se referem às teorias matemáticas. Para qualquer conhecimento deveríamos partir destas idéias. E mesmo se levarmos a dúvida às últimas conseqüências e questionarmos tais idéias esta ação nos levaria ao cogito cartesiano “penso, logo existo”. De qualquer maneira estaríamos colocando a subjetividade como uma forma de garantir uma primeira verdade sobre a qual se erguerão todas as outras verdades do mundo objetivo. Descartes muito influenciado pelas matemáticas concebia o processo do conhecimento como uma progressão matemática, na qual, se conhecermos o primeiro termo, é possível desvendar os outros termos da progressão. Assim, se temos uma primeira certeza (verdade clara e distinta – penso, logo existo) podemos partir daí e construir uma cadeia de razões para descobrirmos os temas desconhecidos. Neste caso, toda a realidade exterior ao homem. Desta forma toda a realidade é constituída a partir do primeiro “elo” da cadeia de razões presente na subjetividade humana.

Pelo que foi dito acima verificamos como a partir da concepção da existência de uma natureza humana e por meio de transformações radicais no pensamento científico

houve uma modificação no que diz respeito à relação sujeito-objeto. Na ação humana e no processo do conhecimento a centralidade estava posta, com o advento do mundo moderno, no sujeito e não mais no objeto como no mundo grego-medieval.

Com o pensamento moderno a idéia de que tudo tem uma finalidade imanente é deixada de lado. Agora os homens percebem a realidade como sendo resultado de processos causais regidos por leis próprias do mundo objetivo (física, química, mecânica, matemática etc). Contata-se, neste momento, uma desmistificação da realidade e a formação de uma concepção de mundo com um forte caráter anti-religioso.

Se as coisas já não eram produto da vontade divina não podiam conter em si mesmas uma finalidade especifica. Elas surgiam, se desenvolviam e se relacionavam conforme as leis rígidas presentes na natureza. Desta forma o valor dos objetos já não podia ser algo imanente.

Assim, seguindo os ideais do humanismo, do individualismo e do racionalismo que marcaram este momento da transição do Feudalismo para o Capitalismo os homens substituíram os processos valorativos que acentuavam o valor intrínseco das coisas por uma valoração subjetiva. O homem era, agora, a medida do valor dos objetos.

Neste sentido Hobbes afirma,

Seja qual for o objeto do apetite ou desejo de qualquer homem, esse objeto é aquele a que cada um chama *bom*; ao objeto de seu ódio e aversão chama *mau*, e ao de seu desprezo *vil e indigno*. Pois as palavras bom, mau e desprezível são sempre usadas em relação à pessoa que as usa. Não há nada que o seja simples e

absolutamente, nem há qualquer regra comum do bem e do mau, que possa ser extraída da natureza dos próprios objetos. (Hobbes, 1997:58)

O valor dependia, para os pensadores modernos, da vontade subjetiva e das necessidades individuais de cada um. De outro lado, valoração podia ser efetuada segundo uma mera convenção estabelecida racionalmente entre os homens.

Este aspecto subjetivista dos atos valorativos no mundo moderno também está exemplificado nas concepções de Spinoza acerca da Ética. Em suas palavras: *“No que diz respeito ao bem e ao mal, também não indicam nada de positivo nas coisas, consideradas em si mesmas, nem são outra coisa que modos de pensar ou razões, que formamos por compararmos as coisas umas com as outras”* (Spinoza, 1997:343).

Nesta passagem o filósofo holandês trata das questões relacionadas à valoração no campo da ética, mas esta concepção geral pode ser estendida também à problemática do valor econômico.

2 – Marx, a nova concepção da realidade e a categoria valor

O filósofo alemão Karl Marx rompe com toda estrutura e pensamento tradicional e ainda supera as concepções filosóficas de seu tempo. Esta afirmação pode ser comprovada pela recharacterização, promovida por Marx, do conceito de objetividade e das categorias sujeito e objeto. Estas novidades vão, por sua vez, repercutir de forma decisiva nas concepções do conhecimento e da ação do homem.

Como vimos anteriormente o real apresentou-se, no pensamento tradicional, de um lado como algo totalmente exterior ao homem e de outro como mero construto da subjetividade humana.

Na filosofia alemã à época de Marx as concepções acerca da objetividade, ainda sob a influência da filosofia moderna que, concebia o sujeito como categoria central, tinha um forte caráter idealista. O pensamento de Hegel se consolidou como o ponto culminante deste idealismo. Porém no caminho oposto ao de Hegel, contrapondo-se às suas idéias, destacou-se L. Feuerbach. Este criticava de forma contundente a filosofia especulativa hegeliana e buscava uma reflexão a partir da objetividade do ser. Lançou, desta forma, as bases para o materialismo.

Marx, por sua vez, percebe que o idealismo errava quando atribuía a constituição do mundo exclusivamente à subjetividade e o materialismo de Feuerbach também errava quando apontava a realidade como algo radicalmente exterior ao homem e, por isso, não reconhecia o sujeito como elemento ativo na constitutividade do real.

Desta forma verificamos que há, aqui, uma formulação crítica de Marx em relação a toda a estrutura filosófica de sua época. Esta crítica se dirige principalmente para a questão da “objetividade social”. Nas filosofias predominantes no séc. XIX a ação humana na construção do real era sempre vista de forma unilateral. *“Enquanto o antigo materialismo desconhece a atividade, inclusive Feuerbach ‘não capta a própria atividade humana como atividade objetiva, o idealismo só a apreende unilateralmente como atividade abstrata, espiritual.”* (Chasin,1995:396)

O mundo é apreendido ou como algo independente da ação dos homens ou como sendo exclusivamente fruto da razão subjetiva.

O pensamento marxiano apresentar-se-á sob uma forma radicalmente nova em relação a toda filosofia de seu tempo e também romperá com todo o pensamento tradicional.

Marx buscará, em primeiro lugar, superar as concepções idealistas. Faz a crítica a filosofia especulativa e propõe, em lugar da centralidade do sujeito presente no idealismo, uma análise ontológica da objetividade social. Quer, portanto, tomar como ponto de partida o próprio real. Tratando desta crítica feita pelo pensador alemão à filosofia especulativa Chasin afirma que:

Dar as costas aos automovimentos da razão e voltar-se para os automovimentos do mundo real, eis o giro marxiano. Calar o pensamento que só fala de si, mesmo quando deseja ardentemente falar das 'pedras', para deixar que as 'pedras' falem pela boca da filosofia. Esganar a especulação filosófica que fala pelo mundo, para que o mundo possa falar de si pela voz, assim tornada concreta, da filosofia.

Descentrado de si mesmo e recentrado sobre o mundo, o pensamento, rompido o hermafroditismo da especulação, pode abraçar a substância que o forma e fortalece. Procedente do mundo, ao mundo retornará. Não para uma tarefa tópica ou para alguma assepsia formal. Volta ao mundo para tomá-lo no complexo de complexos de sua totalidade (Chasin,1997:44)

Podemos inferir do que foi dito acima que Marx propõe uma retomada da centralidade da objetividade. Mas, cabe-nos apontar o fato de que desenvolve uma "reconceitualização" para as categorias sujeito, objeto e realidade. Nesta

reconceitualização, e em suas conseqüências, podemos pontuar a radical diferenciação do pensamento marxiano frente a toda a filosofia anterior.

O radicalmente novo aflora quando Marx pensa o real como uma totalidade constituída da interação entre sujeito e objeto. E não apenas como uma objetividade muda, exterior ao homem. Segundo Chasin *“o que constitui o grande mérito e o salto marxiano para além dos indicativos feuerbachianos; a precisa identificação ontológica da objetividade social – posta e integrada pelo complexo categorial que reúne sujeito e objeto tendo por denominador comum a atividade sensível”* (1995:395).

Verificamos, então, que Marx concebe o real como uma objetividade social que vem-a-ser por meio da atividade humana sensível.

O homem, nesta perspectiva, interage com o mundo natural e desta forma constrói o real. Assim, tanto objetividade quanto subjetividade podem ser apontados como resultado do processo de autoconstrução humana, que tem, por sua vez, uma base no mundo natural. Os homens são, portanto, os responsáveis, ao mesmo tempo, pela constituição do mundo em que vivem e também da individualidade e do gênero humanos.

O mundo objetivo já não aparece como algo radicalmente exterior e independente da atividade humana. Ao contrario, ele apenas pode existir em relação e por meio da ação humana.

Neste sentido, na ótica marxiana o mundo sensível não pode ser algo dado de uma vez para sempre, aprioristicamente, mas sim o resultado de um determinado estágio de desenvolvimento das relações sociais estabelecidas entre os homens. Nas palavras de Marx:

O mundo sensível (...) não é uma coisa dada diretamente da eternidade, sempre igual a si mesma, mas antes o produto da indústria e do estado em que se

encontra a sociedade, e precisamente no sentido de que ele é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, cada uma das quais aos ombros da anterior e desenvolvendo a sua indústria e o seu intercâmbio e modificando a sua ordem social de acordo com as necessidades já diferentes. (Marx,1984:27)

Nesta passagem de “A Ideologia Alemã” vemos com bastante clareza que o real, tal como Marx o concebe, tem um caráter produzido. E constatamos, ainda, que esta produção da realidade funda-se na interatividade dos homens e destes com a natureza. Este processo tem como protoforma o trabalho – a atividade teleologicamente orientada e que transforma, em alguma, medida a natureza bem como o próprio sujeito que trabalha.

Neste contexto é importante que analisemos como se dá a interação entre sujeito e objeto na constituição do real.

Em primeiro lugar devemos reafirmar que o mundo sensível é produto da atividade humana sensível. Mas em que consiste esta atividade? Ela representa o processo de entificação das coisas a partir de uma idéia previamente existente na consciência humana. A atividade sensível (práxis humana) é, portanto, a constante objetivação da subjetividade. O homem se afirma enquanto *ser humano* e ao mesmo tempo constrói o mundo real dando forma humana às coisas. Por outro lado, apenas pode existir forma humana (subjetiva) no mundo se ela for efetivamente realizada em alguma coisa. Verificamos, então, que objetividade e subjetividade dispendo de um mesmo estatuto ontológico se interconectam para a constituição do real. Marx ao criticar o materialismo antigo nas teses sobre Feuerbach nos dá algumas pistas acerca da simultânea diferenciação e articulação entre sujeito e objeto na estruturação do mundo sensível.

Reafirmemos, aqui, o fato de que esta interatividade entre sujeito e objeto na produção do real apenas pode vir-a-ser por meio do processo de trabalho, ou seja, somente esta categoria pode articular de forma dinâmica estas duas esferas que constituem a objetividade social.

O trabalho apresenta-se como uma resposta ativa aos desafios “postos” pelo mundo natural. Os animais, mesmo os mais evoluídos, respondem de forma passiva a tais desafios e apenas se adaptam às novas carências e necessidades que surgem no decorrer de suas vidas. Sempre agem no sentido de simplesmente fixar e garantir sua reprodução biológica. Mas o homem, ao contrário, age sobre a natureza transformando-a segundo suas carências e necessidades. E a constante transformação humana do mundo natural se dá por meio do trabalho.

Sendo o trabalho uma ação teleológica podemos indicar que a consciência apresenta-se como elemento fundamental para as transformações do mundo natural que produzem o mundo social. O filósofo húngaro G. Lukács ao tratar da diferenciação entre o ser social e os outros seres vivos, principalmente do mundo animal, nos diz:

O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente, aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia já na representação do trabalhador, isto é, de modo ideal”(Lukács,1978:4)

De um lado a idéia previa, posta pela consciência e de outro a alternativa do que é útil para a satisfação de certas necessidades humanas e, portanto, de quais idéias deverão

ser objetivadas ou não, ambos elementos pertencentes ao processo de trabalho e que expressam a importância da subjetividade para a constituição da realidade.

Mas, estes elementos constituem apenas um dos momentos essenciais nesta produção humana da objetividade.

O outro é a efetiva utilização das legalidades naturais na formação das objetividades sociais, ou seja, as idéias prévias presentes na consciência apenas podem se objetivar se o homem for capaz de por à seu serviço e corretamente as séries causais presentes no mundo natural.

Constatamos, então, que nos atos de trabalho teleologia e causalidade existem em uma conexão dinâmica sob a forma de uma determinação reflexiva. Assim, no processo de trabalho subjetividade e objetividade apresentam-se como dois pólos igualmente importantes e necessários para a consubstanciação do real. Verificamos, então, que "*o sujeito se confirma pela exteriorização sensível, na qual plasma sua subjetividade, e o objeto pulsa na diversificação, tolerando formas subjetivas ao limite de sua plasticidade, isto é, de sua maleabilidade para ser outro*" (Chasin, 1995:398-grifo nosso)

Quando, junto com Marx, apontamos o mundo sensível como um produto da atividade humana, da práxis, verificamos também que sujeito e objeto apresentam um caráter produzido, ou seja, são resultantes do processo de autoconstitutividade do homem que se dá por meio e pela superação de sua "naturalidade".

Partindo do que foi discutido até aqui poderemos expor com mais clareza um outro aspecto do pensamento marxiano que também evidencia o rompimento do autor alemão com o pensamento tradicional.

Se o real, em sua totalidade, é produto da atividade humana sensível então é radicalmente histórico. A sua constituição dependerá das relações estabelecidas pelos homens entre si e com a natureza em determinadas circunstâncias.

Para conceber o ser como radicalmente histórico Marx precisará recharacterizar também as categorias fenômeno e essência.

Em toda filosofia ocidental estes dois elementos do ser apresentaram-se como opostos que continham uma diferenciação no “grau de ser”. A essência apresentava uma exclusiva articulação com a necessidade. Era algo dado a priori e, por isso, imutável, incorruptível, pleno, etc. Já o fenômeno era o campo das transformações e, por isso, das imperfeições, da negação do ser. Essência e fenômeno não poderiam se relacionar. Este modelo de pensamento surge na Grécia Antiga e seu ponto culminante é a filosofia de Platão. A Idade Média, com suas especificidades, reproduz esta dualidade antagônica quando reflete acerca do ser. Já o pensamento moderno traz grandes alterações na concepção de mundo, mas não modifica esta estrutura que opõe essência e fenômeno e continua a analisar o ser como sendo bipartido.

No pensamento de Marx, por outro lado, essa dualidade será vista de uma forma essencialmente nova. Na verdade nem podemos falar, aqui, de uma dualidade, mas ao contrario devemos nos referir a uma totalidade em que fenômeno e essência estão intimamente articulados e têm o mesmo estatuto ontológico.

O essencial e o fenomênico determinam-se mutuamente. São categorias que se articulam e se diferenciam dinamicamente no decorrer da história. Um não é a antítese do outro. Ambos se relacionam de forma ativa na constituição do ser.

Vemos então que a essência, na filosofia marxiana, surge como “*o complexo de determinações que permanece ao longo do desdobramento categorial do ser; a essência*”

são os traços mais profundos que articulam em unidade os heterogêneos momentos que se sucedem ao longo do tempo” (Lessa,1997:33)

Já o fenômeno é constituído pelos elementos que distinguem cada instante de todos os outros no desenvolvimento histórico do ser.

Mas, pontuemos mais uma vez. Estes dois momentos (continuidade e diferenciação) apenas podem existir de forma articulada, ou seja, enquanto totalidade que constitui o ser.

Marx, ao se negar a procurar as idéias nas próprias idéias, tentando encontra-las nas coisas mesmas, e ao apontar o complexo sujeito-objeto como dois elementos interativos que formam a objetividade social fundamenta toda uma nova concepção de mundo e não só uma nova maneira de tratar a Ciência, a Economia, a Política, etc.

Também no que tange à questão do valor Marx e depois dele Lukács rompem de forma radical com o pensamento tradicional e postulam que a gênese dos valores tem um caráter subjetivo-objetivo, com ênfase neste último.

Lukács fixa, em sua ontologia, a concepção subjetivo-objetiva dos processos valorativos.

Os valores de uso, bens, são os produzidos conforme a uma necessidade real dos homens. A partir desta necessidade o homem transforma o mundo natural. *“Deste modo, o valor de uso não é um simples resultado de atos subjetivos, valorativos, mas, ao contrário, estes se limitam a tornar consciente a utilidade objetiva do valor de uso; é a natureza do valor de uso que demonstra a correção ou incorreção deles e não o contrário”.* (Lukács,1996:42)

Na sua relação específica com a natureza os homens agem teleologicamente, ou seja, com uma finalidade previamente posta. Mas, como reconhecer a correção e validade

de uma posição teleológica? Somente nos remetendo a análise da objetividade do valor tal qual foi abordada acima.

A posição teleológica tem sua existência objetiva e válida demonstrada e comprovada pela sua relação de “se...então” com a satisfação de uma necessidade. Assim, se o produto corresponde à finalidade e esta a satisfação de alguma necessidade então o valor foi realizado concretamente. Neste sentido Lukács afirma:

O valor que aparece no trabalho, enquanto processo que produz valor de uso, é sem nenhuma dúvida objetivo. Não só porque pode ser medido a partir da posição teleológica, mas também porque esta mesma posição teleológica pode ter a sua existência objetiva a válida demonstrada e comprovada, na sua relação de ‘se...então’, com a satisfação de uma necessidade. Deste modo, não se pode afirmar que as valorações, enquanto posições singulares, constituam por si mesmas o valor. Ao contrário. O valor que aparece no processo e que confere a este uma objetividade social é que fornece o critério para estabelecer se as alternativas presentes na posição teleológica e na sua atuação eram adequadas a ele, isto é, se eram corretas, válidas. (Lukács,1996:45)

Mas, por outro lado verificamos que o valor também tem um caráter subjetivo.

Já vimos que o objeto útil, que tem valor, é necessariamente um produto do trabalho. Verificamos também que este processo em que o homem transforma a natureza para produzir os bens é orientado por um *telos*, uma finalidade previamente existente na consciência. É claro que esta idéia previa presente na consciência está intimamente ligada a uma escolha entre alternativas, feita pelos homens, no sentido de optar entre o que é mais

ou menos útil ou o que é inútil para a satisfação de uma necessidade. Assim, constatamos que o processo de trabalho no qual estão contidas a posição teleológica e a conseqüente transformação do real revelará um conjunto de alternativas feitas pelos homens previamente, com a finalidade posta na consciência, e durante todo o processo de produção dos objetos. Primeiro para escolher o que é efetivamente útil para suprimir alguma carência humana e depois para garantir que a finalidade seja objetivada da melhor forma possível.

Constatamos, então, que há, na produção dos valores, uma objetivação da subjetividade. Como vimos acima, quando discutimos a nova propositura marxiana, o real se consubstancia na relação interativa destes dois pólos, subjetividade e objetividade, e os processos e atos valorativos são igualmente determinados por este real.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos as propostas de duas correntes predominantes do pensamento econômico do século XX e início do XXI para a superação da atual crise ambiental, verificamos que grande parte dos economistas manifestam uma concepção problemática acerca da gênese e estrutura interna do valor econômico.

Quando apontam o fundamento dos valores na subjetividade ou nas próprias coisas colocam a centralidade da economia somente em pólo (a subjetividade) ou em outro (a objetividade).

No entanto, a realidade social apresenta-se como síntese entre sujeito e objeto, espírito e matéria. Síntese esta promovida pela ação dos homens sobre a natureza mediada pela categoria trabalho.

Neste contexto, verificamos que o valor econômico é um produto necessário dos atos de trabalho. E, mais, apenas **pode ter sua existência afirmada** por estes atos. Constatamos, então, que os valores econômicos, por terem sua gênese fundada na ação transformadora e consciente do homem sobre a natureza, possui um caráter objetivo-subjetivo. Assim, estes valores apresentam-se como subjetividade objetivada. Não se pode tomar de forma excludente apenas um elemento sem considerar o outro elemento desta relação. Esta atitude poderá conduzir a sérios enganos metodológicos qualquer um que pretenda, a partir dela, analisar os mais diversos fenômenos sociais.

O atual processo de devastação do meio ambiente analisado sob a perspectiva citada acima leva boa parte dos economistas a buscarem soluções, para o referido problema, que se apresentam bastante problemáticas.

A Economia do Meio Ambiente e a Economia Ecológica são duas correntes do pensamento econômico contemporâneo que pretendem trazer soluções para a atual crise ambiental.

Apontam a necessidade de valorar os recursos ambientais como forma de diminuir e até acabar com a utilização predatória destes recursos.

Porém, vimos no decorrer desta dissertação que há um enorme problema teórico, no ponto de partida das duas concepções, que nem os “ambientais” e nem os “ecológicos” conseguem responder de forma satisfatória. Este problema pode ser colocado da seguinte maneira: qual a origem e a estrutura dos valores econômicos? Dependendo da resposta à esta questão poderíamos perguntar ainda: os recursos naturais podem ser valorados? Qual o critério para quantificar estes valores?

Verificamos, em nossa pesquisa, que as respostas mais razoáveis à estas perguntas nos são dadas pela teoria econômica de Marx somada às concepções do filósofo húngaro Georgy Lukács. Pois estes dois pensadores buscam as explicações acerca da categoria valor econômica na própria realidade e constroem, portanto, uma concepção ontológica desta categoria.

Marx e, depois dele, Lukács apontam a gênese e a estrutura interna do valor econômico como sendo insuperavelmente ligados a categoria trabalho.

O trabalho sendo o fundamento ontológico do ser social e de todos os seus complexos apresenta-se como base fundante do valor econômico. Desta forma, torna-se

bastante problemático imputar valor econômico, e inserir no mercado, objetos, recursos e bens não produzidos pelos homens.

Outro problema que podemos verificar nas concepções da Economia Ecológica e do Meio Ambiente é a de defender a idéia de que a simples valoração e inserção dos bens e recursos naturais no mercado pode superar a crise ambiental vivida nos dias de hoje. Tenta-se solucionar um problema tomando a própria causa do problema como sendo a solução.

Neste contexto muitos economistas encontram uma saída para a degradação do meio ambiente buscando socializar os prejuízos ambientais derivados da necessidade de lucro inerente ao sistema capitalista, sem, no entanto, socializar os benefícios que os lucros provenientes da depredação do mundo natural geram a poucas pessoas.

Percebemos então que a própria população passa a custear, *“sob o pretexto da sobrevivência da espécie humana, a sobrevivência de um sistema sócio-econômico que se defronta, agora, com deficiências derivadas da crescente competição internacional e de uma mudança crescente na sua própria estrutura de produção, em favor dos setores parasitários”* (Mészáros, 1987:25)

Esta é a idéia de fundo das concepções que pretendem atribuir valor ao meio ambiente. Porém, como vimos no decorrer deste trabalho monográfico, a valoração ambiental é um processo altamente questionável e estrutura-se em idéias problemáticas acerca da categoria valor.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIHIR, Alain. *Da Grande Noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- CHASIN, José. *A Superação do Liberalismo*. Maceió: Mimeo, s/d.
- ENGELS, Friedrich. *Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1779.
- FOLADORI, Guillermo. *Os Limites do Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2001.
- HABERMAS, Jurgen. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Os pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1975.
- LEAKEY, Richard. *A Origem da Espécie Humana*. São Paulo: Rocco, 1997.
- LONTIEV, Aléxis. *O Desenvolvimento do Psiquismo*. São Paulo: Moraes, s/d.
- LEFF, Henrique. *O Saber Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LESSA, Sérgio. *A ontologia de Lukács*. 2ª edição. Maceió: Edufal, 1997.
- _____. *Trabalho e ser social*. Maceió: Edufal, 1997.
- _____. *Sociabilidade e individuação*. Maceió: Edufal, 1996.
- LUKÁCS, G. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. In: revista de Ciências Humanas, n.º 4. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- _____. *A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Ciências Humanas, 1789.

- _____. *Per una ontologia dell' essere sociale*. Roma: Riuniti, 1976.
- _____. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas.
- _____. Capítulo II do volume II de *Per una ontologia dell' essere sociale : La riproduzione*. Tradução de Sergio A . Lessa. Mimeo, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1990.
- _____. Capítulo I do volume II de *Per una ontologia dell' essere sociale : Lavoro*. Tradução de Ivo Tonet. Mimeo, Maceó, UFAL, 1996.
- MARQUES&COMUNE. *Teoria Neoclássica e Valoração Ambiental*. In: *Economia do Meio Ambiente: Teoria, política e Gestão*. Org. Romeiro, Ademar ribeiro et all. Campinas, ed. UNICAMP, 1999.
- MARX, Karl. *Do capital*. 2 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. *O Capital*. 2 vols. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: 70, 1995.
- _____. *Salário, preço e lucro*. 2ª edição. Tradução de José Carlos Bruni et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção "Os Pensadores".
- _____. *The capital*. 2 vols. Nova York: The Modern Library, 1906.
- _____. *Contribucion a la critique de l'économie politique*. Paris: Éditions sociales, 1972.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOTA, José Arudo. *O Valor da Natureza: A Economia Política dos Recursos Naturais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- ODUM, Eugene P. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.